



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

LAYS SUDÁRIO OLIVEIRA SCHINDLER

A TRAJETÓRIA DOS SUPORTES INFORMACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES
NAS PRÁTICAS LEITORAS

FORTALEZA

2022

LAYS SUDÁRIO OLIVEIRA SCHINDLER

A TRAJETÓRIA DOS SUPORTES INFORMACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NAS
PRÁTICAS LEITORAS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de graduado em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S363t Schindler, Lays Sudário Oliveira.
A Trajetória dos Suportes Informacionais e suas implicações nas práticas leitoras / Lays Sudário Oliveira Schindler. – 2022.
87 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra.

1. Suportes informacionais. 2. Práticas leitoras. 3. História da leitura. I. Título.

CDD 020

LAYS SUDÁRIO OLIVEIRA SCHINDLER

A TRAJETÓRIA DOS SUPORTES INFORMACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NAS
PRÁTICAS LEITORAS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de graduado em Biblioteconomia.

Aprovada em: 13/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Ma. Odete Máyra Mesquita Sales (Membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ma. Denyse Maria Borges Paes (Membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Me. Márcio de Assumpção Pereira da Silva (Suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me manter em pé diante das dificuldades;

Aos meus pais e irmã, Edineuda, Leonardo e Layla, que estiveram ao meu lado durante todo o processo me motivando, aconselhando e dando todo o suporte necessário;

A minha orientadora, Prof.^a Dra. Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra, por toda dedicação, disponibilidade, paciência e orientação. Também sou grata pelos ensinamentos nas disciplinas de “Gestão de Unidades de Informação” e “Organização, Sistemas e Métodos em unidades de informação”.

Aos integrantes que aceitaram participar da banca, sendo eles: Prof.^a Ma. Odete Máyra Mesquita Sales, Ma. Denyse Maria Borges Paes e Me. Márcio de Assumpção Pereira da Silva, por fazer parte desse momento tão importante em minha vida.

A bibliotecária Ma. Denyse Maria Borges Paes, que foi professora da disciplina “História dos Registos e do Conhecimento”, no primeiro semestre. O seu amor pela biblioteconomia e os seus ensinamentos na sala de aula me cativaram. Sou grata por ter tido você como professora e supervisora no estágio, quero agradecer pela sua dedicação, delicadeza em repassar suas experiências, pelas broncas, pelos conselhos e pelas indicações de filmes. Você é especial na minha vida.

A minha amiga, Natália Duarte de Amorim Gregório, por toda sua amizade, lealdade, conselhos, broncas e pela colaboração em todos os trabalhos realizados em grupo nesses anos. Sou grata por sua amizade e por todo apoio, conte sempre comigo.

As minhas amigas de graduação, Ester Sampaio e Bruna Praxedes, pela companhia, amizade, conversas e apoio. Amo vocês, contem sempre com minha amizade.

Agradeço também ao meu namorado, Paulo Victor Medeiros Damasceno, por toda paciência, amor, companheirismo, incentivos e por acreditar em mim, quando eu mesma não conseguia. Amor, eu amo você e sua família. Obrigada.

Por fim, quero agradecer a todos os professores da graduação, em especial a prof.^a Áurea, prof. Heliomar, prof. Marcio, prof.^a Isaura, prof. Jefferson Veras, prof.^a Lídia e prof.^a Giovanna, por todo ensinamento e amor pela biblioteconomia.

RESUMO

Desde os tempos remotos, o homem sentiu a necessidade de manter os registros conservados para a posteridade. Dessa maneira, surgiram como meio de disseminação do conhecimento os suportes de escrita, com materiais oriundos da natureza, sendo eles: as tabuletas de argila, as rochas das cavernas, o papiro, o pergaminho e o papel, até chegar a era digital, com a criação dos *ebooks*. Esses suportes passaram por mudanças em seus formatos, na maneira de se manusear e na forma de fabricação à medida que as sociedades evoluíram. Com o avanço tecnológico, surgiu a imprensa no século XV, servindo de subsídio para o aumento na circulação de livros e no acesso à informação. Essa invenção desencadeou mudanças no cenário das práticas leitoras, colaborando para transformações nas formas de leitura e escrita, que são adaptadas de acordo com o suporte, local e tempo. Atualmente, as práticas leitoras são mediadas também por recursos tecnológicos, como os livros digitais, que por suas inovações têm transformado as formas de leitura. No Brasil, as suas práticas leitoras tiveram origem tardia, e o ato de ler encontra entraves para o seu desenvolvimento. Assim, essa pesquisa busca apresentar a evolução dos suportes informacionais e as suas implicações nas práticas leitoras ao longo do tempo, através da construção de uma linha do tempo, descrevendo as mudanças ocorridas em cada período histórico. Para a metodologia da pesquisa, utilizou-se um levantamento bibliográfico, através de uma revisão de literatura em bases de dados, artigos, livros e sítios eletrônicos com assuntos relevantes sobre a temática para a composição do referencial teórico. Como resultado, conclui-se que as práticas de leitura acompanham o desenvolvimento dos suportes informacionais, influenciando de forma direta o processo de alfabetização, a inclusão social e as relações sociais em cada civilização.

Palavras-chave: suportes informacionais; práticas leitoras; história da leitura; leitura no Brasil.

ABSTRACT

Since ancient times, the human being have felt the need to keep his records preserved for posterity. In order to store and convey information, several writing surfaces from nature have been used by man: boards of clay, cave walls, papyrus, parchment and paper. When digital era arrived, the electronic books changed reality. All these writing materials have undergone changes in their formats, in the way they are created and how they are used, as societies evolved. In fifteenth century, the invention of the printing press increased book circulation and helped information become more accessible. The press and the other subsequent technological breakthrough events brought about profound changes in how people read, in different regions of the world. In Brazil, reading practices have developed late and still finds serious hinders. Therefore, this work aims to study the evolution of writing materials and how they affected reading practices over time. To do so, it shows a timeline with the main events that occurred in each historical period. The work is based on a bibliographical survey through literature review on databases, articles, books and websites addressing this topic. For the result, it's inferable that reading practices have followed the development of writing materials and have directly shaped the literacy process, social inclusion and social relations in each civilization.

Keywords: writing materials; reading practices; history of reading; reading in Brazil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	CRITÉRIO DE DIVISÃO HISTÓRICA ADOTADO NESTA PESQUISA.....	11
3	PERCURSO DOS SUPORTES INFORMACIONAIS.....	13
3.1	Papiro.....	15
3.2	Pergaminho.....	17
<i>3.2.1</i>	<i>Códice.....</i>	<i>18</i>
3.3	Papel.....	20
4	DA IMPRENSA AOS ELETRÔNICOS.....	24
4.1	Imprensa de Gutenberg.....	24
4.2	Eletrônicos.....	29
5	A INFLUÊNCIA DOS SUPORTES INFORMACIONAIS NA EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE LEITURA.....	34
5.1	As possibilidades de leitura: oral e silenciosa.....	37
5.2	Na Idade Antiga.....	40
<i>5.2.1</i>	<i>Mesopotâmia.....</i>	<i>40</i>
<i>5.2.2</i>	<i>Egito.....</i>	<i>43</i>
<i>5.2.3</i>	<i>Grécia.....</i>	<i>45</i>
<i>5.2.4</i>	<i>Roma.....</i>	<i>47</i>
5.3	Na Idade Média.....	51
5.4	Na Idade Moderna.....	55
6	AS PRÁTICAS LEITORAS NA ATUALIDADE.....	60
6.1	Os tipos de leitores.....	64
6.2	A leitura no Brasil.....	65
7	METODOLOGIA.....	71
8	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	74
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
	REFERÊNCIAS.....	80

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, sempre foi possível observar a necessidade do homem em registrar informações a respeito de sua existência. Inicialmente, tal registro se dava de forma oral. Porém, à medida que as civilizações foram se desenvolvendo, iniciou-se o processo de representação simbólica da informação, a qual chamamos de escrita.

O surgimento da escrita foi um marco para a história, pois trata-se de um processo que permite ao homem registrar, transmitir e armazenar conhecimentos. As bases físicas utilizadas para manter as informações conservadas e acessíveis foram sendo criadas conforme a disponibilidade de cada povo, uma vez que em cada lugar havia matérias-primas diferentes que poderiam ser transformadas em suporte de escrita.

À medida que se observam os registros, verifica-se que os suportes auxiliam tanto no armazenamento, conservação e perpetuação de informações, como também servem de objeto de estudo para compreender as antigas civilizações. Logo, os pesquisadores, através dessas bases de dados, conseguem analisar, estudar e entender costumes, culturas, religiões e estilos de vida dos diferentes povos que habitaram o planeta.

A primeira manifestação escrita encontrada pelos arqueólogos são as pinturas rupestres, que se tratam de expressões artísticas desenvolvidas pelos povos primitivos, os quais representavam seu cotidiano através de desenhos e símbolos. Em razão disso, hoje temos uma breve noção de como surgiram os primeiros suportes informacionais até chegar aos novos modelos utilizados pela sociedade contemporânea.

Como consequência da evolução do processo de escrita, surgiu a preocupação em criar suportes adequados para manter os registros armazenados e preservados a longo prazo. Por exemplo, na Suméria, escreviam em tabuletas de argila; no Egito, utilizavam o papiro; enquanto os gregos produziram o pergaminho, e os chineses desenvolveram o papel.

Porém, apesar de a informação estar presente no cotidiano das sociedades desde os tempos remotos, o acesso ao conhecimento registrado é muito restrito. Nota-se, ao decorrer da história, que os suportes utilizados em cada época condicionaram o acesso à informação de forma variada, de acordo com o tempo e o local.

A época atual é marcada pelo aumento significativo da quantidade de informação e de conhecimento disponível para os leitores. Santa Anna (2015, p. 12) expõe que “a revolução tecnológica e a explosão bibliográfica serviram de alicerce para romper com velhos paradigmas que sustentavam inúmeras áreas do conhecimento, proporcionando a formação de novas concepções”. Nessa conjuntura, o acesso à informação deixou de ser um privilégio e tornou-se

imprescindível para o ser humano, adquirindo o *status* de direito fundamental. Contudo, nem todas as pessoas têm condições de usufruir desse benefício.

A informação não é disseminada de forma a alcançar a sociedade como um todo, já que o ensino público é de baixa qualidade e não se promovem incentivos à leitura de livros, periódicos e jornais físicos. Enquanto isso, os livros digitais, chamados de *ebooks*, necessitam da presença de aparelho tecnológico, seja ele um *tablet* ou um *smartphone*, que possuem um custo elevado e não garantem acesso a todos os segmentos sociais. Assim, medidas de inclusão social devem ser adotadas, a fim de garantir esse acesso de modo universal, verídico e confiável.

Hoje no Brasil, embora haja uma oferta considerável de suportes que viabilizam o acesso à informação, parcela da população ainda tem dificuldades para se beneficiar do avanço tecnológico e continua à margem da produção e da disseminação do conhecimento, seja o conhecimento dos acontecimentos da vida cotidiana, seja o conhecimento científico.

Considerando tudo o que já foi exposto, surge a seguinte questão: Como a evolução dos suportes informacionais influenciou as práticas leitoras da sociedade ao longo do tempo?

Assim, esta pesquisa pretende responder à questão acima, tendo como objetivo geral analisar as contribuições dos suportes informacionais nas práticas leitoras das sociedades ao longo da história.

Por sua vez, os objetivos específicos são:

- a) Construir uma linha histórica da evolução dos suportes informacionais;
- b) Identificar as contribuições que a evolução dos suportes informacionais proporcionou para os leitores de cada época;
- c) Examinar as práticas de leitura atuais.

No âmbito pessoal, o desejo de escrever sobre os suportes informacionais surgiu durante o primeiro semestre do curso, na disciplina Registro do Conhecimento, cuja ementa abordava essa temática. Durante as aulas, despertou o meu interesse em estudar o assunto, quando percebi a importância dos suportes informacionais para a compreensão do mundo. Como sempre fui curiosa, temas relacionados com a História sempre mereceram minha atenção especial.

Desde o início, notei como os suportes, enquanto fontes de informação, permitem conhecer sobre várias civilizações que nos antecederam e entender como a nossa própria sociedade se formou. Então, aprofundei-me no estudo da matéria e desenvolvi grande paixão pelo assunto.

Da perspectiva científica, o presente estudo tem repercussão em diferentes áreas do conhecimento, como na Arqueologia, no Direito, na Ciência da Informação e na Biblioteconomia.

Há relevância social por se tratar de fonte de estudo para a Arqueologia, já que pesquisadores e historiadores, por meio da recuperação dos suportes, conseguem analisar e decifrar códigos escritos, colaborando para a compreensão das culturas, religiões e costumes dos diferentes povos que habitaram a terra.

Além disso, a evolução dos suportes tem estrita relação com o acesso à informação, o qual, por sua vez, deve ser entendido como um direito garantido a todos os cidadãos que fazem parte de uma sociedade democrática. Então, essa pesquisa também tem repercussão social em razão de poder conscientizar os leitores sobre a importância do acesso à informação e a relevância da leitura para a construção de uma sociedade justa e isonômica.

No âmbito da Biblioteconomia, o estudo é importante para desenvolver nos bibliotecários a compreensão da função dos suportes e de como eles podem influenciar na sua atuação profissional e na educação dos leitores, já que são estes o público-alvo das informações. O bibliotecário, como mediador de informações, deve estar em processo constante de atualização sobre as novas modalidades que surgem em decorrência do avanço tecnológico.

Portanto, o estudo dos suportes revela-se como essencial para o aprimoramento da atividade do bibliotecário, ao permitir que se compreenda o contexto social atual e melhore o gerenciamento da informação, proporcionando sua eficiente recuperação, disseminação, organização e o acesso pelo público em geral.

Quanto à estrutura do trabalho, o referencial teórico foi dividido em cinco seções. Inicialmente, foi feita uma explicação do critério de divisão da História que serviu de base para explicar a evolução dos suportes informacionais e a sua influência nas práticas leitoras.

Na seção seguinte, foi realizada uma abordagem histórica sobre o percurso dos suportes informacionais, apresentando o progresso de cada suporte, desde as paredes das cavernas até o surgimento do papel.

A seção “Da imprensa aos eletrônicos” trata sobre o surgimento dos meios tecnológicos que mais contribuíram para a formação dos leitores no estágio atual e para a democratização do acesso à informação.

Já a seção “A influência dos suportes informacionais na evolução das formas de leitura” aborda o processo evolutivo das práticas leitoras ao longo da história, com enfoque nas civilizações antigas da Mesopotâmia, do Egito, da Grécia e de Roma e na sociedade europeia da Idade Média e da Idade Moderna.

Por fim, a última seção cuida das práticas leitoras na atualidade, trazendo destaque para as novas possibilidades de leitura e para o processo da leitura no Brasil.

2 CRITÉRIO DE DIVISÃO HISTÓRICA ADOTADO NESTA PESQUISA

Para que o historiador possa realizar a tarefa de estudar o tempo passado, precisa fazer uso de um instrumento importante, que é a periodização da história. Periodizar significa separar artificialmente o tempo com base nos pontos de virada que causam mudanças sociais, econômicas, políticas ou culturais, e “o trabalho de periodização obriga o historiador a levar em conta o pensamento dominante, num espaço tão amplo quanto possível, dos homens e mulheres que viveram na época considerada” (LE GOFF, 2015, p. 79).

Porém, a periodização não é um ato neutro, porque expressa um julgamento de valor do que se considera mais importante de ser descrito. Ademais, ao oferecer uma concepção contínua e global do passado, pode conduzir ao problema de desconsiderar a coexistência de situações sociais, econômicas, políticas e culturais em outros contextos geográficos. De todo modo, é um instrumento frágil, mas muito útil, pois permite controlar melhor o tempo passado (LE GOFF, 2015).

Assim, quando se destacam determinados eventos, “certas imagens e certos acontecimentos dão força ao discurso histórico e dão vida às representações, como as guerras sangrentas, as revoluções importantes, as invenções espetaculares e as grandes descobertas” (SCHIMIDT E CAINELLI, 2004, p. 78).

Então, a História do Homem é dividida em duas fases: Pré-História e História. Branco e Heuer (2007) explicam que a Pré-História se inicia com o aparecimento do homem sobre a terra. Esse período é dividido em Idade da Pedra Lascada, Idade da Pedra Polida, Idade do Bronze e Idade do Ferro. A Pré-História se encerra com o surgimento da escrita e é seguida pela História.

Por sua vez, a História é didaticamente composta por quatro períodos. Bauer *et.al* (2019, p. 13-14) explica que:

Os períodos históricos são determinadas épocas cujo recorte pode ser estabelecido por fatos culturais, econômicos, ideológicos, nacionais, políticos, religiosos e sociais, estabelecendo rupturas em relação a uma época anterior. Essas divisões são artificiais, e o seu emprego pode ocultar a pluralidade de concepções de história e de tempo, como ocorre com a divisão quadripartite da história em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

A divisão quadripartite recorta a História em: Idade Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. A transição de um período para outro caracteriza um avanço importante para o processo evolutivo do ser humano enquanto ser social, cultural, político e religioso.

Schimidt e Cainelli (2004) destacam que o passado histórico dividido pelo sistema quadripartite se baseia em fatos ocorridos predominantemente na Europa Ocidental, enquanto outras regiões do mundo apresentam divisões diferentes da tradicional.

A escrita é considerada o marco para a transição da Pré-História para a História Antiga. Segundo Bauer *et al* (2019), a Idade Antiga iniciou-se por volta de 4.000 a.C. com o surgimento da escrita, pelos sumérios, no território da Mesopotâmia e terminou em 476 d.C., com a queda do Império Romano do Ocidente.

Já a Idade Média teve início em 476 a.C. e estendeu-se até 1453, data que marca a tomada de Constantinopla, sede do Império Romano do Oriente, pelos otomanos (BAUER *et al.*, 2019).

Ainda segundo Bauer *et al* (2019), a Idade Moderna foi de 1453 e durou até 1789, quando começou a Revolução Francesa, evento que trouxe inúmeras consequências para a civilização ocidental.

Por fim, a Idade Contemporânea começou em 1789 e perpetua-se até os dias atuais. Esse período histórico abrange diversas inovações da tecnologia, tendo como seu principal marco o advento da *internet* (BAUER *et al.*, 2020).

Oliveira, Mazieiro e Araújo (2018, p. 60-61) comentam sobre a revolução tecnológica e a dinâmica do acesso à informação na atualidade:

Atualmente, vive-se em um mundo em que a tecnologia faz parte do cotidiano das pessoas em todas as áreas. Assim, a busca por informações rápidas e confiáveis cresce a cada dia e faz-se necessário a evolução tecnológica em todos os setores. Na área da informática, como o pilar central da evolução tecnológica, encontra-se a Internet, que conecta pessoas de todos os continentes e permite o compartilhamento de dados e de informações em diversos locais da rede.

O presente trabalho adota o critério historiográfico quadripartite, acima exposto, como base para explicar o percurso dos suportes informacionais e a sua influência nas práticas leitoras ao longo do tempo. Dessa maneira, será abordado na próxima seção o percurso dos suportes informacionais.

3 PERCURSO DOS SUPORTES INFORMACIONAIS

De acordo com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, o suporte de escrita é o material empregado pelo homem para fixar e transmitir seu pensamento. Ele pode se originar de matérias-primas de três reinos da natureza, sendo o primeiro o reino mineral, que forneceu subsídios para o surgimento da pedra, do mármore e da argila. O segundo é o reino vegetal, que permitiu o aparecimento de materiais como a madeira e o papiro. Por fim, tem-se o reino animal, que deu origem ao pergaminho (CUNHA e CAVALCANTI, 2008).

Já Terra (2019) conceitua suporte informacional como o material responsável por suportar os textos, servindo de veículo para a transmissão de informações. Segundo o autor, existe diferença entre o “texto” e o “suporte informacional”. O primeiro significa a unidade de sentido que estabelece comunicação entre sujeitos e é veiculado através de um suporte. Já o suporte é definido como o material cuja finalidade é armazenar o texto. Entre eles, destacam-se a folha de papel, a tela de computador, um *outdoor*, um cartaz, um muro etc (TERRA, 2020).

Conforme Di Luccio (2005, p. 19), “uma questão essencial ao se refletir sobre escrita e leitura é considerar que os textos não existem fora de seus suportes materiais, sejam eles quais forem”. Portanto, o estudo dos suportes é extremamente relevante, porque eles servem de base para a escrita e mantêm os registros conservados e armazenados, além de contribuírem para a preservação e disseminação do conhecimento para as gerações seguintes.

A evolução dos suportes informacionais foi ocorrendo conforme o homem avançava intelectualmente. Os povos que viviam na Pré-história comunicavam-se através da linguagem oral, e a perpetuação do conhecimento acontecia de boca a boca, o que tornava difícil o acesso amplo à informação e a sua recuperação. Havelock descreve:

Inicialmente, o alfabeto foi usado para registrar a linguagem oral como havia sido antes organizada para a memorização pelo drama, pela epopeia e pela lírica. A revolução conceitual teve início quando se percebeu que o registro oral dos sons linguísticos podia ser armazenado de maneira nova, não mais dependente dos ritmos empregados para a memorização. Esse registro podia se tornar documento, um conjunto permanente de formas visíveis, não mais construído por fugazes vibrações do ar, mas por formas que podiam ser conservadas até um posterior resgate, ou mesmo esquecidas. (HAVELOCK, 1995, p. 32)

Apesar do pouco conhecimento, os homens da Pré-história perceberam a necessidade de registrar acontecimentos importantes de seu dia a dia e de deixá-los preservados para consultas. Desse modo, surgiram as pinturas rupestres: representações que simbolizam a história dos povos primitivos e que revelam tanto sua identidade quanto a forma como viviam

e pensavam. Segundo as descobertas arqueológicas, o homem já utilizava as pinturas rupestres desde 15.000 a.C (LYONS, 2011).

Devido à falta de técnicas, os materiais utilizados para manter guardadas as informações eram os mais diversos possíveis. Para a escrita, utilizavam-se utensílios pontiagudos oriundos da natureza, como ossos, chifres e pedras. Também usavam pigmentos, cuja finalidade era proporcionar durabilidade e conservação da cor sob as rochas das cavernas, porém muitas informações desapareceram ao longo do tempo devido à pouca eficiência daquela forma de registro (ALVES *et al*, 2011).

Ademais, houve também a dificuldade em conseguir espaços vazios nos interiores das cavernas. Então, o homem foi em busca de novos recursos, a fim de expandir os meios de guardar informação. (PAIVA, 2016).

Segundo Santos (2010), a parede das cavernas foi o primeiro suporte a ser utilizado. Posteriormente, outros suportes, como argila, ossos e folhas passaram a ser empregados, pois permitiam maior mobilidade. Assim, para manter a comunicação e o registro, o homem buscou criar um suporte que pudesse ser transportado de um lugar para outro e que facilitasse a escrita, de forma que o conteúdo permanecesse preservado e armazenado.

Dessa maneira, surgiu a escrita em suportes de tabuletas de argila, que são materiais rígidos, de fácil acesso e eficazes para anotação e perpetuação de informações. Escritura (2016) explica que o conteúdo registrado nas tabuletas de argila continha informações sobre a economia do templo, listas de nomes, de mercadorias, de animais e de funcionários. Essas listas foram compiladas com a finalidade de estabelecer e ensinar os escribas um sistema de escrito reconhecível e definitivo.

O formato desse suporte informacional era pequeno e semelhante a um cartão de crédito, por isso as informações escritas deveriam tratar-se apenas de assuntos importantes, já que o material de produção não era viável de ser fabricado em grandes quantidades. (LYONS, 2011)

Lyons (2011) informa que a escrita como sistema codificado surgiu por volta do quarto milênio a.C., na Suméria. Esse sistema de escrita ficou conhecido por cuneiforme, por causa da pressão da cunha sobre a argila amolecida.

As placas de argila foram suportes informacionais bastante utilizados na época, pois, ao serem secadas, tornavam-se rígidas e seguras para serem transportadas de um lugar a outro, o que diferenciava das cavernas, que não podiam ser removidas. Dessa forma, esse suporte serviu para as gerações registrarem informações tanto referentes às atividades políticas e econômicas do templo quanto narrativas e costumes da sociedade (LYONS, 2011).

Para Caldeira (2002), os povos foram produzindo seus suportes de acordo com a disponibilidade das matérias-primas existentes em cada localidade e com o seu conhecimento em técnicas de aperfeiçoamento, que serviam de base para a criação dos novos suportes informacionais. Dessa maneira, cada povo foi utilizando recursos diferentes para manter o conhecimento registrado. O autor explica:

Os sumérios guardavam suas informações em tijolo de barro. Os indianos faziam seus livros em folhas de palmeiras. Os maias e os astecas, antes do descobrimento das Américas, escreviam os livros em um material macio existente entre a casca das árvores e a madeira. Os romanos escreviam em tábuas de madeira cobertas com cera. Os egípcios desenvolveram a tecnologia do papiro. (CALDEIRA, 2002, p. 1).

Como se observa, algumas civilizações utilizaram materiais oriundos de plantas para escrever seus registros. Indianos, maias, astecas, romanos e egípcios são exemplos. Destacam-se esses últimos em razão da importância do papiro.

3.1 Papiro

A civilização egípcia foi extremamente sofisticada e deixou suas marcas através da criação do suporte informacional conhecido por papiro, cujo nome científico é *Cyperus papyrus*. Ele foi considerado o principal suporte de escrita da Antiguidade e serve até hoje como objeto de estudo pelos historiadores. El-Nadoury esclarece que, no Egito, a produção do papiro movimentava a economia e que o material era utilizado em outras áreas:

Uma das indústrias mais importantes do antigo Egito foi a do papiro, de invenção autóctone. Nenhuma outra planta teve, no Egito, papel tão significativo. As fibras do papiro eram usadas na fabricação ou calafetagem de embarcações e na confecção de pavios de candeeiros a óleo, esteiras, cestos, cordas e cabos. [...] Reunidos em feixes, os talos do papiro funcionavam como pilares na arquitetura primitiva, antes que os arquitetos clássicos os tomassem como modelo para suas colunas simples ou fasciculadas, com capiteis em forma de flores abertas ou fechadas. O papiro era utilizado principalmente na fabricação do “papiro”, de onde vem a palavra “papel”, sem dúvida um cognato do *paperaâ*, termo egípcio que significa “Aquele da Grande Residência” (Palácio Real), e que chegou até nós através da Antiguidade clássica (EL-NADOURY, 2010, p. 127-130).

A fabricação do papiro acontecia de forma que “as finas lâminas extraídas do seu talo eram postas lado a lado e sobrepostas novas lâminas perpendicularmente para criar o formato de uma folha retangular. Após ser prensada, secada e polida, estava, enfim, disponível para a escrita”. (SANTOS, 2010, p. 21).

O seu formato permitia o registro de muitas informações, já que as folhas iam sendo coladas de maneira que pudessem ser enroladas até ficar em formato de rolos. Nesse sentido:

Vinte folhas de papiro, unidas enquanto ainda úmidas, formavam um rolo de 3 a 6 m de comprimento. Vários rolos podiam ser unidos de modo a formar uma unidade de 30 ou 40 m de comprimento; tais rolos constituíam os “livros” egípcios. Eram segurados com a mão esquerda e desenrolados à medida que se fazia a leitura. O herdeiro direto desse rolo é o “volume” da Antiguidade clássica (EL-NADOURY, 2010, p. 130).

Entre todos os materiais utilizados como suporte de escrita, o papiro foi o mais prático por ser leve e flexível. Em contrapartida, sua fragilidade era um problema, pois não resistia por muito tempo à umidade e queimava com facilidade. Além disso, os papiros eram extensos e impediam uma leitura confortável, uma vez que leitores e escritores tinham que ficar arrastando metros de rolo no chão (EL-NADOURY, 2010).

Os rolos de papiro costumavam ser guardados em caixas redondas individuais, que eram separadas e divididas, conforme explica Fischer (2006, p. 44-45):

Os rolos de papiro eram armazenados de duas maneiras: em caixas redondas individuais - cada rolo exibia um rótulo separado (os egípcios empregavam rótulos de argila; os romanos preferiam rótulos de papiro, os quais mais tarde seriam confeccionados em pergaminho), e as caixas separadas continham autores e assuntos diferentes - ou em prateleiras abertas, com etiquetas de identificação no final de cada rolo.

Dessa maneira, pode-se inferir que os egípcios já possuíam um sistema de classificação, pois separavam os conteúdos de acordo com assuntos e autores. Apesar de não serem sistemas aprimorados, o processo de classificação e de etiquetagem já era implementado por esse povo durante a Antiguidade.

O Egito recebeu destaque por ser o maior produtor de papiro na Antiguidade. Tal situação foi resultado de dois fatores: a abundância dessa matéria-prima nos pântanos do Rio Nilo e o modo de preparo mantido em segredo. Logo, a civilização egípcia monopolizou por anos a produção do papiro, enquanto as outras regiões próximas da Ásia, da África e da Europa permaneceram dependentes de sua produção e exportação, como explica Fischer:

Quando o papiro se tornou um material de escrita mais conhecido, ainda que extremamente caro, seu comércio teve súbito crescimento, o que promoveu a leitura e a escrita no litoral mediterrâneo. O Egito, por consequência, passou a produzir enormes quantidades de papiro para os gregos e, mais tarde, para os mercados romanos. (FISCHER, 2006, p. 43)

El-Nadoury (2010) comenta que o papiro foi utilizado no Egito desde a I dinastia (cerca de 3000 a.C.) até o fim do período faraônico. Posteriormente, ele foi adotado não somente por gregos e romanos, mas também por bizantinos e árabes. Inclusive, grande parte da literatura grega e latina foi transmitida e é acessível até hoje em forma de papiro.

Embora o material fosse abundante, a demanda era maior que os recursos existentes para a produção. Assim, surgiram dificuldades para a exportação do produto, pois tanto os outros povos como os próprios egípcios precisavam de grandes quantidades de papiro, o que deixava o custo elevado (FISCHER, 2006).

Devido aos problemas na oferta, o papiro foi substituído, em outras regiões, por um novo suporte informacional, conhecido por pergaminho. No entanto, o papiro continuou sendo o principal suporte do Egito. Em razão da sua funcionalidade, ele continua até hoje sendo importante para os estudos nas áreas da História, Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia.

3.2 Pergaminho

O pergaminho foi um suporte de escrita bastante utilizado no século I d.C. para suprir a escassez do papiro. O seu nome inicialmente era conhecido por “*charta pergamena*”, traduzido para o português como “Papel de Pérgamo”, devido ao seu local de origem, a cidade de Pérgamo, na Grécia (LYONS, 2011).

Os gregos criaram o pergaminho a partir da dificuldade em comprar os rolos de papiro. Apesar de possuírem conhecimento limitado se comparado à tecnologia da atualidade, eles conseguiram criar um novo suporte de origem animal que atendeu de forma bastante eficiente suas necessidades de registrar os documentos. Fischer (2006, p. 76) explica:

Os gregos orientais logo aprimoraram uma técnica que envolvia o estiramento e secagem da pele de ovelhas e cabritos, deixando-a extremamente fina. O produto final desse processo tornava-se, enfim, o principal veículo da fé em um novo mundo, bem como o suporte de toda uma época - o pergaminho.

Para a fabricação do pergaminho, utilizava-se a pele de animais, entre os quais se destacam: bezerro, cabra, boi, coelho e ovelha. Domingos (2017) descreve que a pele do animal é composta pela epiderme, parte externa onde se localizam os pelos, e pela derme, parte interna de textura fibrosa de cor mais clara, em que os documentos eram escritos.

O processo de obtenção da derme envolvia “molho em água corrente, liberação da epiderme através de cal, eliminação dessa camada, raspagem da hipoderme, tensionamento da pele, alisamento para a tornar mais fina, polimento com pedra-pome e operações de acabamento” (CAMBRAIA, 2005, p. 66).

Em comparação ao papiro, o pergaminho se mostrou uma opção de suporte mais durável e resistente, porém a sua produção causava muito desperdício e tornava o custo do produto final mais alto, o que dificultava o acesso. Para exemplificar o gasto de matéria-prima, Lyons (2011)

menciona a utilização da pele de vitelo na produção da Bíblia de Winchester. Segundo ele, cerca de 2 mil peles de *vellum* foram reunidas, mas apenas 250 de melhor qualidade foram utilizadas na produção do livro sagrado.

No mesmo sentido, Labarre (1981, p. 10) informa que os pergaminhos “mantinham-se com um preço elevado, por causa da relativa raridade da matéria-prima e em virtude do custo da mão-de-obra e do tempo que o seu preparo requeria”.

Para tentar compensar o problema do custo, os pergaminhos costumavam ser reaproveitados, através do processo de raspagem conhecido por “palimpsesto”, que é definido por Lyons (2011) como um procedimento em que o material era raspado e restaurado. Por meio dessa técnica, era possível a realização de correções ortográficas, bem como a reutilização do suporte.

Portanto, como o pergaminho era produzido a partir da pele dos animais, o seu material era mais resistente, durável e permitia que suas folhas fossem dobradas, costuradas e reutilizadas caso fosse necessário. No entanto, o modo de preparo exigia bastante cuidado e conhecimento das técnicas de produção, porque, se o material não fosse preparado de maneira adequada, poderia apodrecer e não ser útil para a escrita (LYONS, 2011).

Além disso, o pergaminho produzia tanto livros em formato de rolo quanto em códice. No segundo caso, suas folhas eram dobradas ao meio, assemelhando-se ao livro moderno. De acordo com Queiroz (2005), a popularização do pergaminho ocorreu devido à praticidade de ser possível dobrá-lo e costurá-lo.

Conforme Fischer (2006), os livros de pergaminho em formato de códice eram colocados na estante no sentido horizontal, e não na vertical. Dessa forma, os livros ficavam com a lombada à mostra, de maneira semelhante aos livros expostos nas bibliotecas atuais. Porém, as formas de guarda eram diferentes dependendo da região, pois cada povo utilizava o suporte da forma como era mais conveniente aos seus conhecimentos e às suas práticas.

Assim, em razão da possibilidade de receber o formato em rolo ou em códice, esse suporte permitiu o avanço no modo de leitura e escrita dos livros, pois trouxe vantagens que os suportes antecessores não possuíam. Portanto, o pergaminho ajudou a difundir a leitura.

3.2.1 Códice

O códice surgiu nos primeiros séculos da era cristã e marcou um grande avanço para a época, pois os registros deixaram de ser enrolados em longos rolos e passaram a ser dobrados,

contendo páginas individuais e unidas umas nas outras, o que facilitava a guarda e o transporte (LYONS, 2011).

Essa mudança de formato ocorreu devido à dificuldade de manusear, guardar e escrever em enormes metros de rolos, pois a sua extensão impossibilitava que a leitura e a escrita fossem confortáveis. Além disso, o antigo formato não proporcionava uma leitura fluida, pois não havia divisões de páginas e a leitura não permitia pausas, o que dificultava o entendimento do texto (LYONS, 2011).

Entre os séculos II e IV, o códice passou a ser mais utilizado do que o formato de rolo. Tal contribuição é geralmente atribuída aos cristãos: prova disso é que códices de papiro da Bíblia escritos no século II ainda estão acessíveis até hoje (LYONS, 2010). Por outro lado, Le Goff (2015) estima que a substituição dos livros escritos em rolos pelos códices se deu em torno dos séculos IV e V.

O novo formato também proporcionou rapidez na escrita, pois não havia mais necessidade de ficar enrolando e desdobrando os rolos; em vez disso, suas folhas podiam ser dobradas e viradas de um lado para outro. Esses benefícios facilitaram tanto a escrita quanto a leitura, conforme elucida Lyons:

O rolo tinha que ser segurado com as duas mãos, ao passo que o códice liberava o leitor para usar uma das mãos para fazer anotações ou beber algo. O estudioso podia acrescentar números de páginas e índices que permitissem a localização de trechos e de citações específicas, que podiam remeter a outros códices. Cabeçalhos e resumos podiam ser acrescentados, e esses utensílios de navegação foram essenciais para o uso do texto como instrumento de ensino. (LYONS, 2011, p. 37)

Além desses, outros pontos positivos foram sendo observados, como redução no tamanho e no peso, pois os rolos pesavam bastante nas estantes, enquanto os manuscritos com esse novo formato eram mais leves e em tamanhos menores, facilitando a guarda na biblioteca (FISCHER, 2006).

Quanto à leitura, também foi possível identificar alguns benefícios. No formato de códice, o pergaminho podia ser colocado sobre a mesa ou outra superfície, pois o seu tamanho proporcionava ao leitor múltiplas opções para praticar a leitura. Chartier (1998, p. 13) explica que “o leitor do livro em forma de códex coloca-o diante de si sobre uma mesa, vira suas páginas ou então o segura quando o formato é menor e cabe nas mãos”.

Os povos maias também utilizavam o formato de códice em suas obras, como o famoso Códice de Dresden, que se encontra localizado atualmente na Biblioteca Nacional da Cidade da Guatemala. Esse códice é descrito como "uma única folha longa, dobrada como sanfona em 39

folhas, escrita em ambos os lados. Data do século XI ou XII, o que torna o mais antigo livro das Américas ainda existente” (LYONS, 2011, p. 85).

Em comparação aos outros suportes antecedentes ou mesmo ao pergaminho em rolo, o códice se mostrava mais resistente e durável. O Códice de Dresden, por exemplo, se manteve intacto durante séculos, possibilitando a sua consulta direta pelas gerações futuras.

Assim, o códice trouxe diversas vantagens para as partes envolvidas no processo de escrita, como a praticidade para os escritores e o conforto para os leitores. Além disso, esse formato também facilitou o armazenamento dos textos.

Como já foi destacado, sabe-se que a guarda e a preservação dos registros antigos são essenciais para que pesquisadores tenham acesso ao conhecimento produzido por outras sociedades. Com base nisso, é seguro afirmar que o códice contribuiu sobremaneira para a perpetuação da cultura de povos antigos, permitindo aperfeiçoar a compreensão sobre o processo evolutivo da escrita e da leitura.

O formato de códice foi essencial para a popularização dos livros. Desde os manuscritos do século XIV e XV, mesmo após a invenção de Gutenberg, os registros eram feitos neste formato, como salienta Chartier:

Um livro manuscrito (sobretudo nos seus últimos séculos, XIV e XV) e um livro pós-Gutenberg baseiam-se nas mesmas estruturas fundamentais - as dos códex. Tanto um como o outro são objetos compostos de folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão dos cadernos. Estes cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação. A distribuição do texto na superfície da página, os instrumentos que lhe permitem as identificações (paginação, numerações), os índices e os sumários: tudo isto existe desde a época do manuscrito. Isso é herdado por Gutenberg e, depois dele, pelo livro moderno. (CHARTIER, 1998, p. 7-8)

Portanto, como destacado, esse formato inovou o modo de escrita e de leitura das sociedades, pois facilitou, transformou e proporcionou melhorias jamais vistas. Desse modo, o códice perpetuou-se de geração em geração, servindo como precursor do livro atual.

3.3 Papel

O papel foi inventado pelos chineses por volta de 105 d.C. Os ingredientes utilizados em sua fabricação eram os mais diversos possíveis, e isso o tornava mais acessível, como descreve Lyons:

A tradição chinesa atribuiu a invenção do papel a um eunuco da corte imperial chamado Cai Lun, em 105 d.C. Ele usou novos ingredientes - trapos velhos, cânhamo,

casca de árvore e redes de pesca - para desenvolver um método de fabricação de papel basicamente similar ao usado hoje. (LYONS, 2011, p. 18)

Embora o papel tenha sido criado pelos chineses, foram os árabes que o tornaram popular, já que antes os chineses o mantinham em segredo. No século XII, com a expansão árabe pelo norte da África, o papel foi introduzido na Europa. Lyons elucida:

O papel teve origem na China, onde passou a ser amplamente usado no fim do século II d.C. O papel chinês era muito fino e geralmente apenas um lado era usado para a escrita. Os árabes aprenderam a técnica de fabricar papel a partir de contatos chineses no século VIII, e foi do mundo árabe, através da Espanha islâmica, que o papel chegou à Europa no século XII. (LYONS, 2011, p. 22)

Nesse ponto, merece atenção o fato de que Febvre e Martin (2019), ao contrário de Lyons (2011), entendem que a introdução do papel na Europa se deu através da Itália. Os autores explicam que as cidades italianas que possuíam fontes abundantes de matéria-prima do papel se tornaram os primeiros centros de fabricação do suporte no velho continente.

Faz-se importante destacar que a introdução do papel foi fundamental para a mudança nas práticas de escrita da Europa, tanto quanto a invenção da imprensa. Isso porque as peles de animal não seriam suportes adequados para serem trabalhadas com a prensa, porque não fixavam tão bem a tinta e porque não eram tão lisas e macias. Febvre e Martin (2019, p. 76) afirmam que "a invenção da imprensa teria sido inoperante se um novo suporte do pensamento, o papel, vindo da China através da Arábia, não tivesse aparecido na Europa havia dois séculos para tornar-se de emprego geral e corrente no final do século XIV".

Segundo Martins (2002), o papel era produzido a partir de restos de roupa, e seu modo de produção se dividia em algumas fases. Primeiramente, cortava-se ou rasgava-se a seda em tiras e pedaços pequenos. Em seguida, eles eram colocados de molho num recipiente cheio de água. O tecido apodrecia e fermentava, e as fibras pouco a pouco se desintegravam, formando uma pasta que, ao ser secada, se transformava em papel.

A princípio, o papel era muito frágil, não possuía firmeza e rasgava com facilidade. Dessa maneira, era utilizado normalmente para registrar informações que não exigiam longa durabilidade, como cartas ou rascunhos. No entanto, o papel foi se tornando cada vez mais utilizado, e as fábricas de papéis, vislumbrando a oportunidade lucrativa, desenvolveram novos métodos de aperfeiçoamento, a fim de intensificar a produção e torná-lo mais resistente ao manuseio (FEBVRE e MARTIN, 2019).

As fábricas de papel foram surgindo em diferentes países da Europa depois da Itália, e o seu progresso foi lento em algumas regiões. No ano de 1391, começou a funcionar a primeira

fábrica de papel na Alemanha. Já nos Países Baixos, desenvolveu-se tardiamente, sendo preciso importar de outros países, como a França (FEBVRE e MARTIN, 2019).

Ao longo dos anos, a forma de produção do papel se manteve praticamente a mesma. Uma mudança significativa ocorreu quando foi inventada a primeira máquina de papel, o que permitiu posteriormente a impressão de livros em grande escala. Assim:

A primeira máquina de papel surgiu apenas em 1798 por Louis Robert, trazendo a produção em larga escala. Em 1803 os irmãos Fourdinier adquiriram a patente de Louis Robert e aperfeiçoaram a máquina. Desde então as máquinas vêm se atualizando cada vez mais e usando tecnologia de ponta para fabricação de inúmeros tipos de papel. (MARTINS, 2002, p. 99)

O papel tornou-se o principal suporte informacional no século XV, pois o seu material era adequado para ser utilizado na impressão. Dessa maneira, os impressores foram e continuam sendo os principais clientes do papel. Febvre e Martin (2019, p. 90) descrevem que os prelos necessitavam de grandes quantidades de papéis, assim “as fábricas de papel devem fornecer diariamente, para alimentá-los, de mil a três mil resmas, ou seja, anualmente, de 450 a novecentos mil”.

As fábricas de papel foram sendo multiplicadas pela Europa e pelo mundo, a fim de abastecer os prelos, que necessitavam desse suporte para a produção dos livros. Diferentemente dos demais suportes, o papel continua sendo utilizado na atualidade e embora tenha passado por inúmeras mudanças em sua produção, ele continua sendo um suporte acessível e adequado para a leitura e escrita.

Além disso, Santaella destaca a importância do papel para a revolução literária, que transformou a realidade social e proporcionou recursos suficientes para a produção em larga escala de livros impressos.

Sem o papel, os tipos móveis de Gutenberg não teriam função. Estes precisavam de uma superfície a um só tempo resistente para suportar o peso do chumbo e porosa para absorver a tinta. Tipos móveis e papel constituem um encontro feliz, uma aliança que deu certo, reinou soberana e quase exclusiva por quatro séculos (SANTAELLA, 2013, p. 197).

Dessa maneira, a indústria do papel e a tipografia se complementam. Febvre e Martin (2019, p. 92) provam tal afirmação comparando os donos das empresas de papel e dos ateliês tipográficos na Europa Ocidental: “não surpreende, assim, que entre 1475 e 1560, época em que a imprensa conquista o Ocidente, a Europa se cubra de papelarias”.

Mais tarde, o papel tornou-se o elemento básico na fabricação de vários meios de informação, como o livro, o jornal e a revista. O livro em especial proporcionou inúmeras vantagens, conforme descreve Escorel (2008, apud FAVILLA, 2008):

De fato, o livro talvez seja um dos mais extraordinários objetos jamais concebidos, tanto no que se refere ao aspecto físico quanto ao potencial transformador. Pequeno, portátil, livre da necessidade da reposição de peças, resistente a quedas e manuseio, barato, se comparado a produtos como os quais concorre- revistas, filmes, novelas e seriados de televisão-, trajetória segue firme desde a Gutenberg abriu caminho para libertá-lo dos estreitos círculos da aristocracia rica, que dominava os jogos do poder na Europa, em finais do séc. XV.

Nota-se também que a utilização do papel foi muito importante, pois ajudou na construção de inúmeras bibliotecas em todo o mundo. Lyons (2010, p. 49) conta sobre a gênese das primeiras bibliotecas conhecidas:

A tecnologia do papel, obtida de marinheiros chineses capturados em uma batalha de 751, auxiliou na criação de extensas bibliotecas no mundo islâmico. Bagdá tinha uma fábrica de papel em 791 e, mais tarde, abrigou umas três grandes bibliotecas islâmicas da época. Os mongóis destruíram a cidade em 1258, mas as bibliotecas do Cairo e de Córdoba continuariam a florescer - a segunda tinha supostamente uma coleção de 400 mil volumes. O conquistador mongol Timur (1336-1405, conhecido no Ocidente como Tarmelão) e seus sucessores fundaram outras grandes bibliotecas na Pérsia, na Ásia central e na Índia.

Portanto, as bibliotecas foram essenciais para que os textos fossem conservados em perfeito estado. Por outro lado, com o avanço da tecnologia, foram surgindo a tipografia e a imprensa, que possibilitaram o acesso maior ao conhecimento através da produção em massa dos livros. Nesse sentido, será abordada na próxima seção a evolução da imprensa de Gutenberg até os eletrônicos.

4 DA IMPRENSA AOS ELETRÔNICOS

4.1 A imprensa de Gutenberg

Até a popularização do papel, todos os suportes informacionais utilizados pelo homem, inclusive o próprio papel, tinham algo em comum: eram escritos pela mão humana. No entanto, a arte de escrever e de copiar textos à mão foi sendo substituída por outras técnicas e invenções. Assim, essa seção abordará as mudanças tecnológicas que alteraram a maneira como a informação sai da mente para o suporte, sendo transformada de ideia em texto escrito.

Por muito tempo, o registro dos textos se deu de forma manuscrita. Com o surgimento da tipografia, o processo de criação do texto se alterou. De acordo com Lupton (2006, p. 16), tipografia significa o “modo de se referir à forma da letra e ao processo de criação na composição de um texto com tipo (fontes), física ou digitalmente”. Ainda segundo a autora, o principal objetivo dessa técnica é estabelecer a ordem, dar forma ao texto e à página. Portanto, a tipografia é a prática que permitiu transformar o conjunto de símbolos escritos que antes era manuscrito em produto impresso.

Por volta de 1100 d.C., sabe-se que os chineses criaram uma técnica de tipografia. Porém, a arte chinesa não impactou a produção das obras impressas na mesma proporção que outro evento ocorrido na Europa 400 anos depois (LYONS, 2011).

Durante o século XV, o cenário da Alemanha favorecia a criação de uma máquina que pudesse acelerar o modo de produção dos textos. A procura por livros estava crescendo, porque a corrente de pensamento humanista e as universidades criaram um crescente mercado de leitores entre as elites religiosas e intelectuais. Por outro lado, o desenvolvimento das cidades como centros de troca criou um mercado consumidor que demandava material impresso para registrar os documentos comerciais e administrativos (LYONS, 2011).

Nesse contexto, Johannes Gensfleisch Laden Zum Gutenberg apresentou uma máquina chamada de imprensa, que foi resultado de um processo de tentativas, modificações e aperfeiçoamento. A imprensa com tipos móveis derivou de uma série de invenções, que envolveu primeiro a criação dos moldes, depois a forja dos caracteres de metal, seguidos da fórmula de uma tinta indelével, e por último a própria prensa manual (LYONS, 2011).

McGarry explica o funcionamento da prensa com tipos móveis:

Ele fez uma matriz para receber o metal fundido, e, talhando as letras em forma invertida, a matriz tornava-se o molde a partir do qual se obtinham as letras de impressão. E, melhor ainda, essas letras podiam ser derretidas numa caldeira e

reutilizadas. O tipo era 'móvel' e 'descartável'. Esses 'soldadinhos de chumbo' foram essenciais para o sucesso da invenção. (MCGARRY, 1999, p.78)

Por volta de 1450, foi concluída a Bíblia de Gutenberg, que constituiu um marco revolucionário para a época, pois foi o primeiro livro produzido com tipos móveis na Europa. Esse livro demorou cerca de dois anos para ser elaborado; apesar de ser um tempo relativamente alto, um escriba demoraria cerca de três ou mais anos para produzi-lo (LYONS, 2011).

Porém, deve-se esclarecer que Gutenberg não foi a primeira pessoa a criar uma forma de imprimir texto, porque a tipografia já existia antes da invenção da imprensa. O que o inventor alemão fez foi desenvolver um modelo de extremo sucesso, em razão de sua eficiência e economia (RODRIGUES, 2012).

A imprensa trouxe inúmeras vantagens às sociedades modernas, como afirma Burke (2002), ao dizer que ela permitiu a produção de livros em quantidade jamais vista. Além disso, a produção saiu das mãos dos copistas e passou para as mãos daqueles com interesse em empreender o produto. Essa mudança gerou dois efeitos: a criação de uma indústria editorial e o aumento da liberdade dos leitores, porque o poder social dominante não conseguiu impedir a ampla circulação das obras escritas. Nesse sentido:

O livro impresso representou não apenas uma opção de qualidade e mais acessível comercialmente, como também aumentou incrivelmente a liberdade da sociedade com relação à leitura; foram afrouxadas as proibições devido à impossibilidade de controlar uma demanda crescente por livros de todos os tipos (RODRIGUES, 2012, p. 190).

Dessa forma, os livros se tornaram ainda mais populares, e o seu acesso passou a ser democratizado. O que antes era restrito apenas à elite e à Igreja agora passou a ser acessível a outras camadas sociais. Segundo Brito (2007, p. 56), “o que realmente a imprensa fez foi difundir de modo intensivo os livros e conseqüentemente alargar o gosto pela leitura, levando o conhecimento a maior número de leitores”.

Com isso, a produção científica também se intensificou, gerando o aumento do número de livros especializados. Nas palavras de Lyons (2011, p. 71), “a imprensa também tornou os livros eruditos mais amplamente acessíveis, o que permitia aos pesquisadores consultar textos antigos livremente e a comparar suas observações com as de seus colegas cientistas”.

A imprensa também trouxe outra contribuição fundamental para a produção científica: o aperfeiçoamento da linguagem gráfica. Antes, as ilustrações xilogravadas se deterioravam depois de certo tempo. Com o uso das placas metálicas, a produção de diagramas, mapas, desenhos e representações se tornou mais precisa e duradoura (LYONS, 2011).

Bauer *et al* (2020) destaca a importância da imprensa não somente porque ela possibilitou a maior circulação de livros e da palavra escrita, mas também porque permitiu a modificação de relações sociais, políticas e religiosas. Aliás, em toda a história da leitura, pode-se perceber esse movimento: quanto mais amplo o acesso à informação, menos desigual são as camadas sociais, e há menos opressão por parte do Estado e dos detentores dos meios de produção.

Embora a invenção de Gutenberg tenha surgido na Alemanha, a máquina ganhou muito destaque em outros países por conseguir elaborar inúmeras cópias a partir de uma mesma matriz, facilitando o acesso e conseqüentemente resultando em um aumento na alfabetização das nações europeias. Rodrigues (2012, p. 192) esclarece:

Na Nova Inglaterra, a porcentagem da população alfabetizada cresceu para 50% durante a primeira metade do século XVII e ampliou-se para mais de 70% por volta de 1710; ao tempo da Revolução Americana, atingiu cerca de 90%. Alguns estudiosos chegam a dizer que tais níveis de alfabetização deveram-se a um efeito colateral da fé puritana, que pregava a importância de se ler a Bíblia.

Todavia, a expansão da imprensa pelo restante do mundo se deu de forma lenta. Lyons explica que, no século XVI, a imprensa se estabeleceu na Europa oriental e nos países nórdicos; porém a América do Norte somente conheceu a novidade em 1638, o México em 1539, o Japão em 1590, a Austrália em 1788, e o Egito em 1798 (LYONS, 2011).

Apesar da mudança profunda na forma de produção do livro, a imprensa não substituiu por completo o trabalho humano, já que a participação do trabalhador continuava sendo necessária para o restante do processo de produção do texto.

A impressão exigia dos compositores capacitação sobre as técnicas de produção. Esses profissionais eram os responsáveis por separar, organizar, ajustar e encaixar os caracteres nos moldes, assim como selecionar, distribuir e revisar as fontes conforme o material a ser produzido, sendo encarregados de produzir cópias legíveis para a leitura. De acordo com Lyons (2011, p. 59-60), os impressores realizavam o trabalho da seguinte forma:

Primeiro, o compositor reunia manualmente os caracteres, armazenados em compartimentos retangulares dentro das caixas. Com o texto escrito preso diante de si, ele ficava voltado para a caixa de tipos, colocada sobre uma superfície inclinada para facilitar o acesso. A caixa geralmente era dividida em duas, com as maiúsculas na divisão superior, e as minúsculas na inferior (daí os termos “caixa alta” e “caixa baixa”). O compositor preparava várias linhas de uma vez em um componedor de metal que ele segurava em uma das mãos. Quando as linhas ficavam completas, ele as ordenava em páginas dentro de uma moldura de madeira chamada galé, calçando os caracteres com pedacinhos de madeira para que não saíssem do lugar. Depois de composto o número correto de páginas, as galés eram colocadas, com a face voltada para cima, em uma moldura ou “forma” sobre uma superfície de pedra plana ou mármore. Um trilho permitia que o impressor deslizesse a pedra e a “forma” para a

frente e para trás, de modo que as novas páginas podiam rapidamente tomar lugar das páginas já impressas.

Assim, era essencial possuir habilidades, tais como velocidade, domínio do latim e compreensão da maneira como as ferramentas eram utilizadas durante a impressão. Ainda, o trabalho de impressão necessitava de bastante paciência e cuidado, pois caso houvesse alguma falha durante o processo, seria necessário repetir todos os procedimentos, Lyons (2011, p. 60) justifica:

Se fossem usados preto e vermelho no mesmo fólio, o processo todo tinha de ser repetido com outra tinta. Só um lado do papel podia ser impresso a cada vez, mas trabalhadores habilidosos conseguiam produzir uma página a cada 20 segundos. A leitura de provas, quando havia, era rudimentar: o impressor verificava as páginas impressas à medida que saíam da prensa.

Porém, apesar de o trabalho do operador da imprensa ser exaustivo, a invenção de Gutenberg facilitou muito o ofício de produção do livro, porque antes os manuscritos necessitavam de cuidado redobrado dos escribas e monges para não borrar, manchar, errar ou apodrecer o conteúdo escrito.

Além do mais, a máquina de prensa acelerou o processo de cópia dos textos. Enquanto no processo manual os livros demoravam anos para serem concluídos, a imprensa realizava o mesmo processo em tempo reduzido, viabilizando que vários livros pudessem ser produzidos por dia. Ademais, trouxe fluidez nas leituras, pois a padronização dos caracteres permitia com que os leitores compreendessem e identificassem com maior facilidade o que estava escrito no papel (LYONS, 2011).

Rodrigues (2012) concorda que a popularização da imprensa decorreu de seus evidentes benefícios, como economia de tempo, redução de custos na produção e uniformidade dos textos.

Porém, o custo de produção dos livros ainda era alto, pois, embora a prensa manual tivesse um preço acessível, os seus caracteres eram vendidos por valores elevados. Lyons (2011) acrescenta que muitos impressores se submetiam a comprar materiais usados em leilões, pois as oficinas de impressão necessitavam de muitos caracteres. Essa compra possibilitava o aumento da produção, reduzia o tempo da elaboração dos livros e evitava os desgastes das peças.

Outro ponto negativo a ser notado é que o latim era utilizado como linguagem dominante nos textos: cerca de 77% das obras literárias produzidas nos anos anteriores de 1501 até meados de 1570 eram em latim e possuíam cunho religioso. Dessa forma, parte considerável da sociedade ainda se abstinha do acesso a esses conteúdos devido à falta de conhecimento em latim, que não era utilizado no dia a dia (LYONS, 2011).

No entanto, na Escandinávia e na Holanda, a leitura e o acesso aos livros religiosos eram mais popularizados, pois tipógrafos consideravam lucrativos a produção de edições mais baratas, que possuíam formato *in-oitavo*, pequenos e versáteis, a fim de proporcionar o acesso à leitura e ao conhecimento às famílias comuns da época (LYONS, 2011).

Enquanto isso, “na Nova Inglaterra do século XVII, ter uma Bíblia provavelmente também era muito mais comum do que na Alemanha no início da era moderna” (LYONS, 2011, p. 70). Assim, observa-se que o acesso à leitura e aos suportes físicos foi sendo progressivo em diferentes países, pois enquanto em uns o processo foi mais intenso e abrangente, em outros se deu de forma gradativa e restrita.

Dessa maneira, percebe-se que a imprensa constituiu um longo processo evolutivo de erros e acertos. Porém, a quantidade de benefícios deixa evidente o fenômeno transformador que essa invenção causou na época, tendo como fruto a difusão de conhecimento para aqueles que antes não o tinham.

Ao longo dos anos, a imprensa foi sofrendo modificações e evoluindo. Em 1800, a prensa de madeira deixou de ser fabricada e passou a ser feita de metal, cuja finalidade era aumentar a velocidade da produção. Essa nova prensa possuía muitos benefícios, tais como resistência, praticidade e rapidez, todavia o seu custo era alto. Mais tarde, outros modelos foram sendo aperfeiçoados e inseridos no mercado editorial, como a prensa de cilindro a vapor, prensas mecânicas, prensas rotativas e máquinas de composição (LYONS, 2011).

Com o avanço dos equipamentos, as produções passaram a ser feitas em maiores quantidades, com tempo reduzido e preço mais acessível. Dessa forma, as obras foram sendo barateadas. Lyons exemplifica:

Nos anos 1860, a extração de papel da polpa de madeira, em vez de trapos, tornou-se tecnologicamente viável, e o preço do papel, que sempre fora uma despesa substancial, caiu progressivamente, reduzindo de maneira drástica o custo da produção de livros. Na França, o preço médio de um livro caiu 50% entre 1840 e 1870. (LYONS, 2011, p. 133-134)

Portanto, a criação de Gutenberg provocou diversas mudanças no cenário social de diversos países. Com a evolução tecnológica, a imprensa foi substituída por modelos mais modernos de escrita, ao passo que foram criados outros suportes informacionais que não dependiam mais do papel.

4.2 Eletrônicos

O século XX marca o início da revolução digital, caracterizada pela criação de dispositivos tecnológicos como rádios, televisões, computadores e aparelhos celulares, e pelo surgimento da *internet*. Esses equipamentos permitem disseminar a informação com rapidez e melhoram o processo de comunicação. Santos explica:

A Revolução Digital, referenciada pelo ano de 1980, quando os Estados Unidos atingiam a marca de mais de um milhão de computadores, proporcionou ainda mais perspectivas sobre os equipamentos e recursos utilizados na nossa comunicação. A tela do computador que, nesta década, começava a se instalar nos lares de pessoas em todo o mundo, se tornou um importante recurso de arquivamento de dados e, posteriormente com o surgimento da Internet, também de transmissão de informações (SANTOS, 2010, p. 23).

Então, com o advento da informática, surgiram dispositivos para atender a uma demanda informacional crescente. Nesse contexto, foram criados os suportes eletrônicos, que trouxeram benefícios como praticidade, leveza, acessibilidade e portabilidade, com a finalidade de garantir conforto aos leitores.

Os livros digitais são conhecidos como *e-books* (do inglês, *eletronic books*). Reis *et al.* (2016 *apud* PAIVA, 2010, p. 84) os conceitua como “um livro em formato digital, que pode ser lido em equipamentos eletrônicos tais como computadores, PDAs ou até mesmo em celulares que suportam esse recurso.”

Já Mesquita e Conde (2008) definem os *ebooks* como publicações digitais ou livros eletrônicos, que estão disponíveis na web em vários formatos, podendo ser facilmente transferidos para o computador através de *downloads*.

Os *ebooks* podem existir em diferentes formatos, como o Mobi, ePub e PDF. Todos diferem entre si, e alguns formatos são exclusivos de determinados dispositivos. Coutinho e Pestana (2015) esclarecem que o Mobi foi desenvolvido para ser visualizado no leitor MobiPocket e ser suportado pelo dispositivo Kindle. Ademais, esse formato possui como vantagem a capacidade de realizar anotações e a presença de um dicionário incorporado.

O *electronic publication* (ePub), por sua vez, foi desenvolvido pelo International Digital Publishing Forum (IDPF). Esse formato é caracterizado por apresentar compatibilidade com vários leitores digitais. No entanto, o Kindle, da Amazon é o único dos principais leitores a não suportar o formato ePUB. (HIDALGO, 2013)

Por fim, o formato Portable Document Format (PDF) é um formato de documento portátil, desenvolvido pela Adobe Systems no ano de 1993. O formato PDF pode ser utilizado

para diversas finalidades, podendo inclusive ser utilizado em computadores (Coutinho e Pestana, 2015 *apud* BEAR 2013, p. 175) esclarece:

Partilhar ficheiros com outros que não tenham o mesmo software, hardware ou sistema operativo; partilhar ficheiros que podem ser protegidos contra visualização, impressão, cópia e edição não-autorizada; editar documentos eletrônicos; criar ficheiros com anotações, *hyperlinks* e marcadores que poderão ser partilhados através de *e-mail* e na Web.

Assim, inicialmente os livros digitais eram lidos em computadores. Posteriormente, surgiram novos aparelhos destinados exclusivamente a suportar os *e-books*. Mesquita e Conde (2008) explicam que os livros digitais são compatíveis com os novos dispositivos, que são os aparelhos leitores (em inglês, *e-readers*).

Esses aparelhos têm a finalidade de facilitar a leitura dos textos em formato digital. Os quatro aparelhos *e-readers* mais utilizados mundialmente são o Sony Reader, da Sony; o Kindle, da Amazon; o Nook, da Barnes & Noble e o Kobo, da empresa homônima. (COUTINHO e PESTANA, 2015).

O formato dos *e-readers* é semelhante ao de um livro impresso, mas com a presença de novos recursos que permitem ao leitor armazenar inúmeros livros em um único local. Além disso, ele auxilia na flexibilidade da leitura, já que, por ser leve, é possível transportá-lo para qualquer ambiente. Mesquita e Conde expõem:

O aparelho possui funcionalidades como paginação, mudança de orientação de página, marcação de página, destaque de texto, anotações do leitor, busca por texto, além de luz interna para leitura no escuro. A maioria desses recursos não pode ser usada no exemplar de papel, o que confere outra vantagem ao livro digital. (MESQUITA e CONDE, 2008, p. 3)

Esse produto traz muitos benefícios aos leitores, pois proporciona acesso à *internet* para consultas, armazena livros em grande quantidade e é leve e portátil, permitindo ser transportado a qualquer lugar. Também pode ser manuseado apenas com o toque dos dedos e oferece uma experiência dinâmica, que permite ao leitor personalizar o texto, através de recursos, como aumento do tamanho da fonte, modificação das cores, inserção de notas e grifos. Além disso, tem luz embutida que possibilita a leitura em ambientes desprovidos de luz natural. Por fim, a sua produção é mais ecológica do que a do papel. (COUTINHO e PESTANA, 2015)

No entanto, toda essa tecnologia tem um preço: custa em torno de quatrocentos reais no sítio eletrônico da Amazon. Ademais, o seu uso está limitado pela capacidade de duração da bateria. Outro ponto negativo é que a utilização dos *e-readers* estimula de forma indireta a pirataria e a cópia ilegal das obras em formato digital, que se tornam mais fáceis de serem

repassados a outros usuários. Essa prática, aliás, tem prejudicado o mercado editorial e o lucro dos autores (COUTINHO e PESTANA, 2015).

Apesar de os *e-books* serem exibidos em leitores digitais, quase qualquer dispositivo eletrônico equipado com *software* de leitura pode ser utilizado como ferramenta para ler. Dessa forma, tanto os *e-readers* quanto os *tablets*, os aparelhos celulares e os computadores podem ser utilizados como instrumento de leitura (COUTINHO e PESTANA, 2015).

Um diferencial dos *e-readers* é a tinta eletrônica, denominada *e-ink*. Conforme Benedetto *et al* (2013), a tinta eletrônica se assemelha à tinta do papel impresso. Por outro lado, *tablets* e aparelhos celulares apresentam outra composição, como por exemplo a tela de cristal líquido (LCD), que é empregada não somente para a leitura, mas também para a comunicação, organização ou atividades de lazer.

Coutinho e Pestana (2015) explicam que os *e-readers* são excelentes recursos de leitura, em razão do conforto trazido pela tinta eletrônica, que reduz de maneira significativa o esforço que os nossos olhos fazem para ler o impresso. Ademais, esse aparelho colabora com a diminuição de papel e possui uma bateria melhor, pois o consumo de energia só acontece quando o leitor muda a página. Sendo assim, ele torna-se bem mais apropriado quando comparado a outros equipamentos tecnológicos.

Desse modo, os suportes eletrônicos permitem alcançar maior quantidade de pessoas, de maneira a democratizar o acesso à informação. Porém, a população mais carente ainda tem dificuldades para conseguir participar da revolução digital, pois os meios eletrônicos possuem custos elevados e necessitam de conhecimento técnico para sua utilização. Portanto, apesar do avanço com a criação dos livros digitais, as classes sociais mais baixas continuam excluídas.

O problema no caso dos *e-books* é que, para que eles sejam obtidos, é necessário possuir um equipamento eletrônico. Assim, embora os produtos em geral tenham se tornado mais baratos, ampliando o acesso pelo público, ainda existem camadas da população que não possuem acesso ao livro digital.

Em uma tentativa de ampliar o acesso, muitos sites *online* disponibilizam livros de diversos assuntos sem custo para serem baixados pelos leitores, como explica Lourenço (2004), segundo o qual a lei vigente permite que os livros tenham distribuição livre, quando entram em domínio público. Logo, o acesso à *internet* permite ao usuário conseguir alguns textos disponíveis no formato PDF e de forma gratuita.

Ademais, Lyons (2011) descreve a importância da *internet* e a sua contribuição para a propagação do conhecimento pela sociedade, pois, conforme o autor, o avanço tecnológico

viabilizou o aumento do mercado de livros usados, como sebos *online*, em que os leitores adquirem livros seminovos com um preço mais acessível.

Ainda, a popularização dos leitores digitais impulsionou o surgimento das livrarias *online*, que vendem tanto livros impressos quanto os digitais. Também se deve salientar que a digitalização tem impulsionado o acesso aos *e-books* por meio de bibliotecas virtuais. Lyons (2011, p. 206-207) exemplifica:

Em 2004, o Google Books lançou um projeto para digitalizar 15 milhões de livros mantidos em bibliotecas americanas e disponibilizá-los para acesso público, criando uma biblioteca virtual mais vasta do que qualquer ideia concebida em Alexandria. Hoje, o Google Books oferece cerca de 10 milhões de livros em forma digital. Desses, 1,5 milhão podem ser lidos gratuitamente, 2 milhões dependem de acordos com autores e editores e 6,5 milhões têm *copyright* protegido e, portanto, têm apenas alguns trechos publicados.

Embora a tecnologia seja cara, ainda é possível ter acesso aos livros impressos nas bibliotecas públicas, as quais garantem um mínimo de inclusão social no que diz respeito ao acesso à informação. Então, o livro eletrônico não veio para substituir o livro impresso, pois ambos possuem a mesma finalidade, que é transmitir conhecimentos através de seus conteúdos registrados. Portanto, o leitor da modernidade escolhe qual recurso deseja utilizar, seja ele o tradicional ou o tecnológico.

Cabe ressaltar que a evolução ocorreu de forma lenta e que vários suportes serviram de base para se transmitir conhecimento ao longo da história. Contudo, nos últimos séculos, observa-se uma aceleração do desenvolvimento dos suportes, como bem sintetiza Milanesi (2013, p. 34):

Se em séculos o homem saiu do papiro para chegar ao pergaminho e gastou outros para utilizar o couro de animais como suporte para a escrita e o desenho, precisou de bem menos tempo para transformar o papel em matéria-prima dos livros. Finalmente, num tempo reduzido a poucos anos disseminou o texto virtual.

No entanto, apesar da disseminação dos textos virtuais e dos suportes que os aceitam, atualmente ainda existe um abismo entre as pessoas e o conhecimento disponível para compreensão. Duarte (2001, p. 39) entende ser falsa a ideia de que a *internet* democratizou a informação:

Para não me alongar, passarei diretamente à apresentação de cinco ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. Elas serão aqui apenas enunciadas e anunciadas. Seu detalhamento foge aos limites desta apresentação.

Primeira ilusão: O conhecimento nunca esteve tão acessível como hoje, isto é, vivemos numa sociedade na qual o acesso ao conhecimento foi amplamente

democratizado pelos meios de comunicação, pela informática, pela Internet etc. (grifo no original).

Como se verifica, a ideia de que a informação é amplamente acessível a todas as pessoas é uma ilusão. Parte significativa da sociedade sequer tem meios de informação confiáveis a sua disposição, gerando problemas profundos na instrução e na educação da população.

Para resolver esse impasse, as autoridades políticas são importantes atores na promoção de medidas de ampliação do acesso aos suportes e conseqüentemente do acesso à informação. Nesse sentido, Lourenço e Freire (2008) afirmam que o Estado é o maior produtor de informação de interesse dos cidadãos e tem por obrigação formular diretrizes e políticas, desenvolver atividades e projetos relacionados à gestão e acesso a essas informações para a população.

Logo, os suportes informacionais são pontes que permitem o acesso ao conhecimento, através da leitura. Então, a próxima seção abordará a influência dos suportes informacionais para a construção das práticas leitoras nas sociedades ao longo do tempo.

5 A INFLUÊNCIA DOS SUPORTES INFORMACIONAIS NA EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE LEITURA

Os suportes informacionais são importantes fontes de informação e conhecimento, que libertam a sociedade da ignorância e da dominação. O seu uso foi ao longo do tempo se popularizando, de forma a contribuir para o avanço intelectual das sociedades até os dias atuais. Além disso, os livros passaram de mera atividade de lazer até ganharem o *status* de item de consumo. Lyons (2011, p. 12) sintetiza:

Os leitores também são um elemento essencial no processo, talvez o mais importante de todos, e a leitura também tem a sua história. Especialmente no passado, quando os livros eram raros e caros, muitos leitores os respeitavam como fontes vitais de iluminação ou libertação intelectual; outros voltaram-se para a literatura puramente por escapismo e recreação. Os leitores modernos de países ricos muitas vezes tratam os livros como produtos de consumo, facilmente descartados e substituídos em uma frenética busca de novidades.

Com a revolução eletrônica, os livros tiveram um barateamento e o seu acesso passou a ser mais amplo. Assim, o livro deixou de ser visto como algo sagrado e passou a ser um produto de consumo vendido em grandes quantidades para um vasto público leitor, que atualmente utiliza a leitura com fins diversos, seja para alavancar conhecimento ou para diversão.

De acordo com Fischer (2006, p. 11), a leitura é “a capacidade de extrair sentido de símbolos escritos ou impressos”. Esse processo exige que o leitor analise os símbolos, a fim de recuperar informações de sua memória e, em seguida, criar, com essas informações, uma interpretação plausível da mensagem do escritor.

Já Pope (2022, p. 15) define leitura sobre o ponto de vista psicológico e o sociológico:

A leitura do ponto de vista psicológico é definido como um tipo complexo de atividade mental, o processo de percepção e processamento de um texto, cujo resultado é a compreensão; do ponto de vista sociológico, é interpretado como atividade comunicativa cognitiva, cuja essência é a transformação e subordinação ativa e proposital do conteúdo do texto às necessidades do sujeito social.

Assim, a leitura depende tanto da compreensão dos símbolos, como da conectividade dos elementos escritos com a realidade e as vivências do leitor. Logo, a leitura não necessita apenas dos dados escritos, mas da interpretação dada pelo leitor aos símbolos registrados.

Por outro lado, o leitor é um ser que busca interpretar o mundo, seja através dos livros, das imagens, das mímicas ou do teatro. Aquele que tem o hábito de ler transborda emoções, desperta o mundo fantasioso da imaginação e espalha conhecimentos. Chartier conceitua leitor como:

O leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum - ou ao menos totalmente- o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe prende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, **as práticas de leitura**. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. (CHARTIER, 1998, p. 77, grifo nosso)

Conforme exposto acima, o leitor tem uma capacidade única de atribuir sentido ao texto que está lendo, através de sua visão de mundo. Sendo assim, cada indivíduo atribui um significado e entendimento ao conteúdo lido de acordo com as suas experiências e com o seu conhecimento prévio do ambiente que o cerca. Nesse contexto, Freire (1989, p. 9) afirma que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra”.

Ademais, a leitura tem suas ressignificações à medida que o leitor adquire novos conhecimentos e aprendizados. Ou seja, quando um leitor lê um livro, ele possui uma percepção; porém, ao fazer a mesma leitura meses depois, o seu entendimento pode ter se tornado bem diferente do anterior, caso as suas noções iniciais tenham sido alteradas em razão de uma nova visão de mundo. Chartier (1998, p. 91) explica que “cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular”.

Por sua vez, Terra (2019) ressalta que a mensagem transmitida no texto é interpretada de forma distinta entre os leitores, pois cada leitor atribui um sentido ao texto, a partir de seus conhecimentos. Dessa forma, as conclusões poderão ser diferentes para um mesmo texto.

A princípio, ao pensar em leitura, a primeira imagem que vem em nossa cabeça são indivíduos segurando suportes informacionais físicos, sejam eles as tabuletas de argila, os rolos de papiro, os pergaminhos, os livros impressos ou até mesmo os livros digitais. Contudo, a leitura não está limitada ao suporte de escrita, pois realizamos leituras de imagens, de pessoas, de ambientes e de tudo que nos cerca. Na Antiguidade, não foi diferente, porque os povos primitivos também liam tudo ao seu redor, conforme elucidada Fischer:

A arte rupestre também era “lida” como histórias visuais dotadas de informações com significado. Tribos primitivas liam extensas mensagens imagéticas em cascas de árvores ou em couro, ricas em detalhes. Em diversas sociedades antigas, varetas eram lidas para a contagem de quantidades. A sinalização permitia que mensagens simbólicas fossem lidas a distância: bandeiras, fumaça, fogo, reflexos em metais polidos e outros dispositivos. (FISCHER, 2006, p.14)

Os leitores podem ser diferenciados de acordo com a época e com o suporte do texto. Chartier (1998, p. 92) explica que “no século XVIII, entre leitores de um tipo antigo, que reliam

mais do que liam, e leitores modernos, que agarravam com avidéz as novidades, novos gêneros, novos objetos impressos - o periódico, o libelo, o panfleto”.

Outrossim, as formas de leitura foram sofrendo atualizações e evoluindo conforme os suportes mudavam. McLuhan (1972, p. 211) esclarece:

O pergaminho é difícil de manusear, muito caro e de suprimento sobremodo limitado. [...] O papiro é duro, quebradiço e inconveniente para a impressão. [...] Os livros teriam permanecido artigo de luxo se o pergaminho tivesse sido o único meio existente para publicações. [...] A imprensa não teria podido progredir e expandir-se amplamente se não pudesse dispor do recurso básico que seria o papel.

Inicialmente, o leitor do rolo enfrentava dificuldades, pois a sua leitura demandava tempo e era bastante limitada, já que era necessário desdobrar os rolos e dobrá-los à medida que liam. Essa técnica de leitura era necessária para evitar que o documento enganchasse ou que seu material fosse danificado, pois eram frágeis e pouco maleáveis.

Chartier (1998, p. 24) destaca algumas limitações que impediam uma experiência agradável na leitura do rolo: “este livro é um rolo, uma longa faixa de papiro ou de pergaminho que o leitor deve segurar com as duas mãos para poder desenrolá-la. Ele faz aparecer trechos distribuídos em colunas. Assim, um autor não pode escrever ao mesmo tempo que lê.”

Posteriormente, com o advento do códice, o leitor precisou se adaptar ao novo formato, que apresentava algumas vantagens em relação a seu antecessor. O códice proporcionava uma leitura descomplicada, contínua e com recursos inovadores, como paginação, índices e recortes textuais, que auxiliavam os leitores a se situar, bem como a consultar páginas, anotar informações e marcar onde parou. Chartier explica que (1998, p. 13):

De um lado, o leitor da tela assemelha-se ao leitor da antiguidade: o texto que ele lê corre diante de seus olhos, é claro, ele não flui como tal como o texto de um livro em rolo, que era preciso desdobrar horizontalmente, já que agora ele corre verticalmente. De um lado, ele é como o leitor medieval ou o leitor do livro impresso, que pode utilizar referências como a paginação, o índice, o recorte do texto. Ele é simultaneamente esses dois leitores. Ao mesmo tempo, é mais livre.

Logo, observa-se que o suporte informacional influencia tanto na escrita como na leitura, pois dependendo do tipo do material, da duração, do modo de preparo e a forma de segurar pode facilitar ou dificultar a atividade do leitor/escritor. Dessa maneira, o modo de leitura sofreu modificações, aperfeiçoando-se à medida que o homem criava novos suportes informacionais. Chartier (1998, p. 77) sintetiza: “do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler”.

5.1 As possibilidades de leitura: oral e silenciosa

A leitura dos textos escritos pode ser realizada de duas formas: oral ou silenciosa. Inicialmente, a leitura oral era a forma mais comum e utilizada pelas civilizações do Mundo Antigo, como Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma. Esse estilo de leitura preponderou até o século XVIII, quando foi suplantado pela leitura silenciosa e individual. (FISCHER, 2006)

Conforme os relatos históricos encontrados, a oralidade destaca-se por ser o primeiro recurso utilizado para realizar a leitura. A princípio, os leitores declamavam em voz alta os textos em ambientes abertos ao público, a fim de que todos os ouvintes compreendessem a mensagem transmitida. Além disso, as leituras públicas eram realizadas com grande devoção, e o ato era muito respeitado pela população, tanto pelos eruditos como pelos camponeses. Fischer (2006, p. 67) ressalta:

Os autores apresentavam seus versos, histórias e lendas mais recentes, e seus amigos literatos, companheiros eruditos ou poetas, bem como sua família, mercenários e o público em geral participavam gritando em sinal de aprovação, batendo palmas em intervalos regulares e levantando-se e aclamando em passagens particularmente excitantes.

A entonação dada ao texto pelo leitor contribuía para o público ouvinte apreciar cada sensação no momento da leitura. O sinal de aprovação do público simbolizava ao autor grande satisfação. Dessa forma, muitos escritores faziam suas obras com temáticas e assuntos que porventura eram mais atrativos aos ouvintes da época.

Para ler em público, era necessário possuir requisitos essenciais, que iam além da simples capacidade de ler, como a oratória impecável e a habilidade para transmitir emoções, já que a prática era uma grande atração para a época. Por isso, necessitava ser feita da forma correta para agradar ao público ouvinte. Além disso, antes de o texto ser escolhido para a leitura, era realizada uma análise para assegurar que ele fosse aceito por todos. Assim, a escolha ocorria de acordo com a categoria, posição, influência, situação política e senso de decoro público. (FISCHER, 2006).

Essas leituras costumavam durar poucas horas, mas algumas perpetuavam-se durante semanas. Em geral, elas eram realizadas no período diurno, por causa da iluminação, que auxiliava os leitores a enxergarem com maior nitidez as letras escritas.

Fischer (2006) salienta que os problemas de visão também eram comuns na época, por isso as leituras ocorriam com maior frequência pela manhã. Além disso, outro fator que impedia a leitura noturna era o alto custo das velas e das lamparinas, que só estavam presentes nas residências mais ricas, devido ao preço exorbitante. Assim, como a leitura era realizada pela

manhã, poucos ouvintes tinham tempo para comparecerem aos pátios e aos átrios, por isso a leitura, ainda que aberta ao público, era mais apreciada pela elite.

Dessa forma, é possível observar que os leitores da Antiguidade não são tão diferentes dos de hoje, pois os problemas de visão também eram comuns na época. Para solucionar o impasse, muitos leitores utilizavam recursos, tais como pedras polidas, copos de vidros cheios de águas e até solicitavam que outros leitores fizessem a leitura em voz alta dos textos. (FISCHER, 2006).

Tais artifícios utilizados para melhorar a leitura são similares aos produtos presentes na modernidade, como os óculos, que servem para reduzir os problemas de hipermetropia. Por sua vez, as lupas ampliam as letras, tornando-as mais visíveis, e correspondem a versões atualizadas e melhoradas dos copos de vidros com água. Por fim, a leitura oral realizada para os ouvintes com deficiência visual foi aperfeiçoada através da disponibilidade dos *audiobooks*, que são os livros em formato de áudio.

A oralidade era a forma mais praticada de leitura durante a Antiguidade, pois a leitura em voz alta causava mais impacto do que a palavra escrita. Contudo, com a Idade Média, a leitura deixou de ser somente oral e passou a aparecer em formato individual e em silêncio. Fischer narra que:

Com efeito, em Agostinho encontramos, pela primeira vez, uma nítida distinção entre leitura em voz alta e leitura em silenciosa: entre a palavra escrita como voz humana e a palavra escrita como meio em si. Aos trinta anos, em 384 d.C., Agostinho deparou com seu professor santo Ambrósio (c. 340-97), bispo de Milão, lendo sozinho em silêncio:

Quando ele estava lendo, seus olhos atentamente corriam as páginas e seu coração buscava sentido, mas sua voz permanecia em silêncio. Muitas vezes, quando estávamos presente... ainda o víamos lendo sozinho, nunca de outra forma... mas qualquer que fosse seu propósito naquele ato, aquele homem certamente tinha uma boa intenção. (FISCHER, 2006, p. 82)

De acordo com Agostinho, o seu professor lia de maneira diferenciada e incomum aos padrões da época. Logo, é observado em suas palavras uma reação de surpresa e espanto, pois não havia o costume de realizar leituras silenciosas e individuais em 384 d.C.

Apesar de a leitura silenciosa não ser comum na época, há relatos que expõem essa nova forma de leitura sendo praticada antes da Idade Média, ainda quando a leitura oral predominava nos pátios públicos, como descrito a seguir:

Por exemplo, em *Hipólito*, de Eurípides (século V a.C.), Teseu lê em silêncio uma carta que sua esposa morta segura nas mãos. Em *Os cavaleiros*, de Aristófanes (século V a.C.), Demóstenes analisa em silêncio uma tabuleta enviada por um oráculo e demonstra surpresa em relação ao seu conteúdo. Plutarco descreve, em sua obra *Vidas*

paralelas, como, no século IV a.C., Alexandre, o Grande, lê em silêncio uma carta de sua mãe enquanto suas tropas, observando, ficam pasmas com tal habilidade. (FISCHER, 2006, p.83)

Esse tipo de leitura inicialmente causava espanto, como é exemplificado acima, ao dizer que as tropas de Alexandre, o Grande, ficaram impactadas com tamanha desenvoltura de seu rei, que realizava com fluidez a leitura individual. Assim, o ato de leitura em voz alta era a forma mais comum de prática leitora, tanto em público como individualmente.

Segundo Fischer (2006), a leitura silenciosa ficou popularizada no século IX d.C, quando a Europa ocidental iniciou a transição de uma sociedade oral para uma letrada, ainda no início da Idade Média. Os leitores predominantes nesse período eram os monges, que liam e transcreviam os textos bíblicos. Contudo, a leitura oral, antes praticada, estava dificultando as transcrições dos textos, como é relatado a seguir:

O *scriptorium* medieval era um local barulhento. Nele, o ruído e o trabalho logo cansavam. Como um escriba anônimo havia-se queixado no século VIII: "Ninguém sabe quais esforços são demandados. Três dedos escrevem, dois olhos veem. Uma língua fala, o corpo inteiro trabalha". Mas isso mudava, graças a diversos avanços maravilhosos. (FISCHER, 2006, p. 147)

Os ambientes destinados para o exercício de transcrição dos textos continham barulhos excessivos, que impediam a concentração dos demais monges enquanto escreviam. Dessa forma, houve a necessidade de modificar a forma como liam, a fim de melhorar a atenção e evitar erros de escrita. Por isso, a leitura silenciosa passou a ser bastante utilizada. Apesar do surgimento desse novo formato, a leitura em voz alta continuava comum e presente nas sociedades.

Atualmente, a leitura oral tem sido pouco transmitida, sendo utilizada apenas em eventos cujo público é maior, como saraus, contação de histórias, *audiobooks* e em grupos de leituras. Por outro lado, a leitura silenciosa tornou-se praticamente universal e bastante recorrente no dia a dia dos leitores, como Fischer pontua:

Por conseguinte, a leitura silenciosa, onde quer que fosse praticada, introduzia uma nova dimensão à atuação que perdura até os nossos dias. O ato da leitura passou de público para privado. O leitor não mais compartilhava o texto com outras pessoas (que podiam interromper com dúvidas e comentários) ou conferia sons às letras. Já era possível ler em segredo, em silêncio, aproximar-se de conceitos de modo direto, permitindo que os pensamentos fluíssem em um nível superior de consciência, fazendo referências cruzadas e comparações, ponderando e avaliando. Isso modificou os hábitos de leitura de modo profundo no Ocidente. (FISCHER, 2006, p. 149)

Com essa mudança, o leitor passou a ter mais tempo em contato com o texto, porque individualmente ele pode impor seu próprio ritmo de leitura, permitindo um nível de abstração maior e reflexões mais profundas a respeito do texto.

Assim, entre os benefícios da leitura silenciosa, destacam-se: maior concentração ao conteúdo registrado, percepção mais detalhada das normas gramaticais, possibilidade de releituras de passagens de difícil compreensão e diminuição das interrupções na leitura dos indivíduos que compartilham o mesmo ambiente. Devido a essas vantagens, a leitura silenciosa ampliou-se e tornou-se comum no cotidiano dos leitores até os dias atuais.

Portanto, observa-se que a modificação da forma de leitura impactou em diversas áreas, como no próprio modo de escrever, na maneira de manusear os suportes e nas interações sociais entre os leitores. Dessa forma, à medida que as sociedades foram evoluindo, novas possibilidades de leitura foram surgindo, facilitando e popularizando a prática leitora.

5.2 Na Idade Antiga

Independentemente do local, todas as civilizações do Mundo Antigo possuíam pirâmides sociais, que tinham no topo a classe social mais rica, que era a elite, composta por aqueles que detinham a soberania e o poder, enquanto que a camada mais abaixo era formada por servos, camponeses e escravos, que normalmente eram excluídos dos privilégios (LYONS, 2011).

A maioria dos povos que viveram na Antiguidade viam os registros escritos como sagrados. Inicialmente, o acesso ao conhecimento era restrito a grupos pequenos da elite ou por aqueles que detinham o poder religioso. Essa restrição impedia que o restante da população tivesse acesso ao conteúdo escrito, pois, além de os suportes terem custo elevado, o analfabetismo impedia que houvesse muitos leitores.

A leitura foi introduzida de forma gradual, porque, embora a necessidade de comunicação tenha sempre existido desde os primórdios da humanidade, o desenvolvimento da linguagem, da escrita e o surgimento dos suportes informacionais foram dinâmicos e distintos em cada região.

Na Idade Antiga, quatro civilizações se destacaram pela influência que causaram no desenvolvimento da ciência e da difusão do conhecimento humano, por meio da sua contribuição para a escrita e a leitura, conforme estudado a seguir.

5.2.1 Mesopotâmia

Mesopotâmia é a região do continente asiático localizada entre os rios Tigre e Eufrates, no atual território do Iraque, da Síria e da Turquia. Lá surgiram as primeiras cidades-estado de

que se possui registro (BAUER *et al*, 2019). Assim, não existia apenas uma única sociedade mesopotâmica, mas alguns povos que apresentavam características comuns e que ocuparam a região. Os principais eram os sumérios, os babilônicos, os assírios e os caldeus.

Fischer (2006) conta que a leitura iniciou-se com os sumérios, que foram os primeiros a desenvolver a escrita, conhecida por cuneiforme. Esses povos liam em suportes feitos de tabuletas de argila, por isso se deu o nome de “literatura de argila”.

As tabuletas de argilas eram materiais que possuíam formatos quadrados e retangulares em tamanhos variados, que poderiam facilitar ou dificultar a leitura, dependendo da extensão do suporte. Quanto maior a tabuleta, mais difícil seria de ler e escrever, porque as tabuletas em formatos maiores eram pesadas e desconfortáveis. Então, para melhorar a leitura, muitos dos registros eram feitos em argilas do tamanho da palma da mão (FISCHER, 2006).

Assim, esses registros feitos em tabuletas com tamanhos menores permitiam ao leitor manusear o suporte com maior facilidade. Contudo, a capacidade de registrar as informações era reduzida por conta do pequeno espaço disponível. Dessa forma, um texto com maior quantidade de caracteres era escrito em inúmeras tabuletas (FISCHER, 2006).

Apesar de a Mesopotâmia possuir um sistema de escrita, poucos sabiam ler e escrever. Fischer (2006, p. 17) expõe que “por volta de 2000 a.C., em Ur, a maior metrópole da região com uma população de aproximadamente 12 mil pessoas, apenas uma parcela, talvez uma em cada cem ou cerca de 120 pessoas, no máximo era capaz de ler e escrever”. Dessa maneira, com poucos leitores e escritores, o restante da população ficava dependendo das leituras orais que eram realizadas por declamadores, em locais públicos.

A prática da leitura oral era comum na Antiguidade, tanto para povos mesopotâmicos como para os romanos, conforme narra Lyons:

Apesar do crescente gosto pelos livros, os romanos aristocráticos continuavam a manter o prestígio da tradicional cultura literária oral. A forma mais comum de leitura era a dos rolos de papiro em *scriptio continua* em voz alta. Patronos ricos empregavam um leitor, ou talvez um escravo, para ler em voz alta em suas casas. No século I, os poemas épicos eram comumente recitados diante de públicos convidados; dessa maneira, os menos educados podiam “ouvir” os seus livros. (LYONS, 2011, p. 29)

Os oradores, conforme Lyons (2011), eram os intelectuais da época, como os escribas, os sacerdotes, o clero e os nobres que liam em voz alta para o público ouvinte, que se tratava em sua maioria da parcela menos abastada da sociedade, como camponeses, servos e artesãos.

Apesar de a leitura oral ser comum, uma boa parte dos ouvintes não compreendia o que estava sendo lido, em virtude da dificuldade de entender a linguagem e o conteúdo sofisticado da época. Assim, a leitura era realizada em público, mas o conhecimento em si não era

efetivamente transmitido, porque a informação muitas vezes era incompreensível para a maioria dos ouvintes iletrados.

O objeto de leitura na Mesopotâmia abrangia assuntos diversos, dos quais destacam-se: história, agricultura, idiomas, finanças e economia, sendo os dois últimos os mais encontrados e importantes, contabilizando cerca de 75% de todo material encontrado em escavações feitas no território onde pertencia a Mesopotâmia (FISCHER, 2006).

Esses registros eram guardados em locais de fácil acesso para serem consultados quando necessário. Fischer (2006) salienta que havia, na Mesopotâmia, depósitos de informações, onde era feita a guarda dos materiais. Esses locais eram essenciais para a administração das cidades-estado.

Ademais, o autor explica que os livros em tabuletas de argilas eram armazenados em caixas de madeira ou em malas de couro, porque esses materiais eram adequados para conservar e organizar as tabuletas em ordem, a fim de manter a leitura sequencial e compreensível.

Na Mesopotâmia, o ato de ler e escrever era venerado e admirado por todos, por conseguinte escribas e aristocratas que dominavam essas técnicas ganhavam reconhecimento e prestígio. Fischer (2006, p. 24) afirma que:

Assurbanipal tinha devoção pela escrita. Ele mesmo era um homem letrado, uma raridade para um rei naquela época. Vangloriava-se dizendo que seria capaz de “ler as tabuletas escritas antes do Dilúvio”, ou seja, textos antigos que evidentemente haviam sido preservados durante séculos. Sua adoração declarada pela leitura demonstra a veneração que a capacidade de ler e escrever recebia naquele tempo.

Portanto, por muito tempo, a alfabetização se manteve restrita a grupos privilegiados. Entre os povos mesopotâmicos, apesar de serem os primeiros a desenvolver a escrita, poucos liam e sabiam escrever. Não bastava apenas fazer parte da elite, mas era necessário estudar e frequentar escolas formadoras de escribas, já que a atividade leitora era quase que exclusiva desse grupo.

O principal legado escrito da Mesopotâmia foi o Código de Hamurábi, que consistia numa compilação de 281 preceitos baseados na lei de talião, “olho por olho, dente por dente”. Segundo Bauer *et al* (2019), o Código consolidou a tradição jurídica, harmonizou os costumes e estendeu o direito a todos os súditos, ao estabelecer regras específicas sobre situações concretas e pontuais. A obra foi talhada em dura pedra negra e cilíndrica de diorito, tendo sido posteriormente encontrada sob as ruínas da acrópole de Susa, por uma delegação francesa na Pérsia.

Desse modo, embora os povos mesopotâmicos não fossem tão sofisticados, suas contribuições foram extremamente relevantes para o desenvolvimento de outras civilizações, que deram seguimento à evolução da escrita e da leitura.

5.2.2 Egito

De modo geral, a sociedade egípcia antiga era formada pelos governantes, pelos escribas, pelos artistas e pelos camponeses. Balthazar (2011, *apud* ROBINS, 1995, p. 4) explica melhor a hierarquia social existente no Egito:

No antigo Egito, a sociedade egípcia era altamente hierarquizada. No ápice encontramos a esfera divina, esta era, também, rigidamente estruturada e encontrava-se acima da esfera humana. No topo, da sociedade humana, encontra-se o rei, que se mantinha como um mediador entre a esfera divina e a humana. A família real, por partilhar da posição social do faraó, formava um grupo coeso ao topo da pirâmide social. Em seguida, encontram-se os membros do aparato burocrático do Estado, formado por uma elite de escribas que, juntamente com suas famílias, constituíam a elite da sociedade egípcia. Este grupo de burocratas era liderado por um vizir, que respondia diretamente ao rei. Logo em seguida estavam os artistas, artesãos e outras profissões menores, uma pequena parte dessas pessoas poderia ser letradas. A vasta maioria da população era formada por camponeses não-letrados responsáveis pela produção agrícola, que é a base econômica do Egito.

Percebe-se, então, que, entre os egípcios daquele período histórico, a habilidade de escrever concentrava-se no grupo social dos escribas, que faziam parte da elite.

Fischer (2006) explica que os escribas possuíam papel importante na Antiguidade, pois realizavam funções de tabeliães, estenógrafos, contadores, arquivistas, secretários e burocratas. Além disso, eram também leitores ativos, cujos senhores aristocráticos iletrados, tais como arquitetos, astrônomos, comerciantes, padres e outros solicitavam a leitura em voz alta dos textos, a fim de adquirir novos conhecimentos e informações.

A seu turno, a leitura era oral e realizada por um escriba-testemunha, cuja função era declamar os conteúdos presentes nos documentos para os ouvintes. Enquanto isso, os suportes informacionais utilizados para manter os registros conservados eram diversos. Fischer (2006, p. 27) relata que “no quarto milênio a.C., os egípcios já liam hieróglifos na superfície de pedras, paletas de ardósia, estelas funerárias (placas verticais de pedra com inscrições), selos cilíndricos, objetos decorativos, cerâmicas, tabuletas de marfim, armas de pedra, entre outros”.

O mesmo autor esclarece que, apesar de os hieróglifos serem bem característicos da cultura egípcia, eles não eram tão utilizados para registrar eventos do dia a dia, pois demandava bastante tempo para serem gravados nas superfícies. Embora haja grande quantidade de

registros em hieróglifos em monumentos, nos sarcófagos das múmias e nas paredes dos templos, a sua leitura era bem incomum e servia apenas para registrar mensagens aos deuses.

A leitura mais comum na época eram os textos com a escrita cursiva, técnica utilizada para registrar documentos do cotidiano, como cartas, contas, decisões e julgamentos. Os leitores restringiam-se a pequenos grupos formados pela elite e seus escravos. Fischer (2006) afirma que a leitura era mais voltada para assuntos administrativos.

Para os povos egípcios, a capacidade de ler e escrever representava sabedoria e trazia reconhecimento aos que detinham essa habilidade. Quanto mais erudito, maior a sua importância perante a sociedade da época. Dessa forma, a parcela que sabia ler e escrever possuía maior *status* social (FISCHER, 2006).

No Egito Antigo, o suporte predominante era o papiro. A sua leitura era diferenciada: da direita para a esquerda ou de cima para baixo, já que o formato de rolo impedia de dobrar ou de possuir páginas para serem viradas de um lado para o outro. Assim, o suporte informacional influencia diretamente a forma de leitura, ainda que para facilitar ou atrapalhar o envolvimento do leitor com o texto. (FISCHER, 2006)

Apesar da pequena quantidade de leitores na sociedade egípcia, muitos documentos foram encontrados em escavações e preservados para o estudo daquela civilização. Segundo Fischer (2006), cada período histórico do Império foi marcado por uma divisão diferente das categorias dos textos.

No Antigo Império, os documentos encontrados baseavam-se em assuntos de contratos particulares, decretos, procedimentos jurídicos, cartas, textos sobre religião, magias e bibliografias. Durante o Médio Império, houve a implementação de textos literários, como a literatura de sabedoria, narrativas, hinos, textos de medicina, matemática, astronomia e até calendários. Por fim, no Novo Império, outros gêneros literários foram acrescentados, como poemas românticos, histórias de assuntos folclóricos, textos descrevendo os rituais de devoção e eventos sobrenaturais.

No Egito, a leitura apresentava uma característica diferente daquela praticada na Mesopotâmia. Para os povos egípcios, o ato assumia um significado mais grandioso, pois era considerado mágico e divino.

A leitura egípcia antiga era muito mais que transmissão de informações: o próprio espírito de um texto era transmitido também. Ao contrário das cunhas cuneiformes utilitárias da Mesopotâmia, acreditava-se que os hieróglifos egípcios, em particular, detinham poderes mágicos. Sua leitura em paredes e tetos de sarcófagos e sepulturas era uma elocução divina, que ajudava a concretizar uma mensagem. (FISCHER, 2006. p. 34)

Devido aos suportes informacionais, os registros mantiveram-se intactos e legíveis para a posteridade. Não somente o conteúdo escrito foi preservado, mas também a memória desse povo que tanto contribuiu para a humanidade. Logo, hoje é possível conhecer e compreender a história da escrita, da leitura, bem como entender os motivos que levaram essa sociedade a se tornar uma grande potência no Mundo Antigo.

5.2.3 Grécia

Quando se fala em Grécia Antiga, trata-se do período entre a ocupação do território grego por povos nômades até o domínio da região pelos romanos (BAUER *et al*, 2019). Isso corresponde ao período de 2000 a.C. até 100 a.C. Segundo o autor, a periodização da história grega baseia-se nos acontecimentos ocorridos em Atenas, cidade-estado que deixou maior número de registros.

A leitura na Grécia iniciou-se cerca de 2000 a.C., de forma oral, semelhante a dos povos egípcios e dos mesopotâmicos. Eles mantinham registradas as informações nos monumentos, a fim de serem visíveis a todos, mas não necessariamente para serem lidas. Dessa forma, na Grécia Antiga, a leitura também era restrita, e poucos cidadãos possuíam conhecimento suficiente para ler e escrever, como elucida Fischer (2006, p. 46-47):

Até 600 a.C., pouquíssimos gregos sabiam ler. A capacidade de ler e escrever propagou-se no século VI a.C., quando a escrita passou a ser usada de forma mais generalizada na vida pública e semipública: com o hábito cada vez mais frequente de fazer inscrições e exibir leis públicas, cunhagem de moedas, inscrição em vasos com figuras pintadas de preto e outras inovações afins.

Os suportes utilizados pelos gregos eram variados: cacos de cerâmica, pedaços de couro e pele de cobra. Lyons (2011, p. 25) conta que “o arquivo de Metroon de Atenas, estabelecido em 405 a.C., armazenava documentos em jarros selados, e pelos padrões modernos, era extremamente difícil de consultar”.

Assim, o acesso aos registros escritos era restringido de forma deliberada pelos detentores do poder, que colocavam os documentos sob segurança, a fim de que nem todas as pessoas pudessem lê-los. Para que os locais de guarda não fossem violados, maldições eram lançadas para todo aquele que tentasse acessar esses documentos. Segundo Lyons (2011, p. 25), “em Paros, os contratos eram depositados no templo por segurança e, como precaução adicional, uma maldição pública era lançada sobre qualquer um que violasse”.

Ademais, na Grécia, apesar de um pequeno percentual de mulheres gregas terem sido letradas, a maioria era somente ouvinte das leituras orais e poucas sabiam ler. Fischer (2006) relata que o filósofo Teofrasto criticava a alfabetização das mulheres. Para ele, o gênero feminino deveria ficar encarregado apenas de assuntos domésticos, pois o conhecimento as transformaria em mulheres tagarelas, briguentas e indolentes.

Portanto, a cultura grega excluía as mulheres do processo de aprendizado, por meio da leitura e da escrita, independentemente de pertencerem à alta sociedade. De maneira geral, somente os homens tinham acesso ao conhecimento, e, mesmo entre eles, a alfabetização era restrita a grupos privilegiados da época, assim como em outras civilizações antigas, que habitavam nas regiões do Egito e da Mesopotâmia.

Contudo, durante o século V a. C., a leitura passou por um processo revolucionário na Grécia, pois deixou de ser monopolizada por grupos pertencentes à elite e tornou-se popularizada e acessível em razão da criação do alfabeto grego (FISCHER, 2006).

Lyons (2011) ressalta que o alfabeto grego proporcionou maior acessibilidade para a leitura e retirou dos escribas o monopólio da escrita, já que ele era mais fácil de aprender. Dessa forma, a tradição oral de transmissão do conhecimento, que era predominante, passou a coexistir com a transmissão escrita:

No final do século IV a.C., a transmissão oral do conhecimento social decididamente havia-se tornado a transmissão escrita. Acima de tudo, a escrita tinha deixado de apenas documentar e preservar, passando a legitimar e validar o conhecimento. (FISCHER, 2006, p. 51)

Santaella (2013, p. 196-197) destaca a atividade livresca durante o século V a. C. e como as práticas leitoras influenciavam as reuniões sociais. Segundo a autora, “além de serem pontos de vendas, os locais eram pontos de encontro de eruditos que se reuniam para ouvir leituras em voz alta de livros”.

Além disso, o processo de leitura na Grécia era diferente dos demais povos coetâneos. Os gregos adotavam o sistema de escrita conhecido por *scriptio continua* até meados do século III, como define Lyons:

Os gregos, como os romanos, usavam a *scriptio continua*, isto é, produziam textos contínuos, sem nenhum espaço entre as palavras nem interrupções para novos parágrafos. A escrita não tinha pontuação e, no fim de uma linha, as palavras simplesmente se esparramam para a linha seguinte. Essa escrita ininterrupta era muito difícil de ler; a única maneira de entendê-la é lendo em voz alta. (LYONS, 2011, p. 24)

Assim, infere-se que esse tipo de escrita propiciava principalmente a leitura oral, já que as pausas aconteciam naturalmente e o contexto não era alterado. Contudo, a leitura silenciosa era mais complicada, pois exigia do leitor maior esforço para a compreensão devido à falta de pontuação.

A pontuação na época era pouco importante, apesar de ser conhecida. Para indicar pausas e não interromper a oratória do leitor, usavam-se espaços brancos no meio de uma linha, a fim de delimitar a frase seguinte (FISCHER, 2006).

Por fim, os leitores gregos davam preferência para a leitura de gêneros como o romance, o épico e o drama. Os homens, conforme Fischer (2006), possuíam maior interesse em assuntos relacionados com as guerras e as lendas de heróis.

Portanto, a Grécia destacou-se por ser uma civilização que promoveu o desenvolvimento do processo de leitura. Além disso, em razão da preservação dos suportes da época, ainda hoje podemos compreender a trajetória e a cultura desse povo.

5.2.4 Roma

Tradicionalmente, apesar de existirem diversas versões sobre a sua criação, os historiadores atribuem a data de 753 a.C. como a fundação da cidade de Roma (BAUER *et al*, 2019).

Bauer *et al* (2019) divide a história romana em três períodos: a Monarquia (de 753 a.C. a 509 a.C.); a República (de 509 a.C. a 27 a.C.); e o Império (de 27 a.C. a 476 d.C.), ano em que ocorre a queda do Império Romano do Ocidente. No período inicial, a sociedade romana encontrava-se segmentada da seguinte maneira:

os patrícios, cidadãos de Roma, possuidores de terras e de gado, que constituíam a aristocracia romana; os plebeus, pessoas que pertenciam aos povos conquistados por Roma, eram livres, mas não possuíam direitos políticos universais; e os clientes, indivíduos subordinados a alguma família patrícia (seus patronos), cumpridores de obrigações econômicas, morais e religiosas. (BAUER *et al*, 2019, p. 68)

Desde o florescer dessa civilização, o latim se consolidou como a língua corrente. Por sua vez, a escrita se apresentou como fundamental para o progresso do poder econômico da sociedade romana, como descreve Fischer (2006, p. 61):

As primeiras leituras em latim consistiam em nomes de proprietários em vasos e objetos de metal, algumas dedicatórias religiosas e alguns textos curtos. Poderíamos supor que os primeiros reis e comerciantes de Roma faziam uso frequente de tabuletas de cera para a correspondência e contabilidade.

Os suportes de leitura utilizados inicialmente em Roma eram os mais diversos possíveis, destacando-se os objetos de metal e as tabuletas de cera. Quanto ao conteúdo dos registros, circulavam em Roma documentos referentes a economia, política, religião e cartas pessoais. Logo, tanto a escrita como a leitura estavam presentes, em certa medida, no dia a dia dos cidadãos romanos (FISCHER, 2006).

A escrita, durante o século IV a.C., era utilizada com frequência para tratar os assuntos do reino. Contudo, foi com a implantação da República que a escrita se difundiu em Roma, aumentando conseqüentemente a circulação de documentos, como relata Fischer (2006, p. 61):

Os romanos usavam receitas e mantinham registros contábeis escritos, escreviam *slogans* políticos, organizavam as forças armadas por meio de um grande número de documentação, registravam quem se tornara cidadão, circulavam textos sobre feitiços mágicos e livros defendendo crenças religiosas, insultavam-se e declaravam amor entre si em grafitos, escreviam cartas e, com muita frequência, homenageavam os mortos.

No entanto, embora a escrita tenha sido relativamente bem propagada, a leitura continuava sendo oral e inacessível à grande maioria da população. Fischer (2006) conta que até 100 a.C. estimava-se que a cada dez habitantes apenas um era capaz de ler e escrever na cidade de Roma. Assim, o acesso à leitura permanecia restrito a pequenos grupos, enquanto os demais mantinham-se inaptos a ler e escrever até o período que marcou o fim da República.

Com o fim da República e a instauração do Império, Roma passou por transformações em seu espaço social, e a população passou a participar ativamente das atividades civis cotidianas, inclusive a ler e a escrever, como descreve Fischer:

Ao contrário da Grécia, onde apenas uma minoria privilegiada participava da vida civil, que exigia um nível considerável de erudição, Roma, a partir do final da República (séculos II e I a.C.), tinha uma representação maior de cidadãos participando de modo ativo de atividades da vida pública que exigiam a leitura: textos enviados propondo leis e nomes de candidatos a cargos, registros de declarações ao censor, tabuletas de votação obrigando os leitores a escrever um nome e outras manifestações civis. (FISCHER, 2006, p. 64).

Assim, Roma foi considerado o primeiro “Império da Leitura”, por ter permitido que cidadãos comuns tivessem acesso à informação escrita e participassem ativamente das manifestações políticas. Logo, patrícios, homens, mulheres, libertos e até escravos recebiam instruções para ler e escrever (FISCHER, 2006).

Portanto, essa civilização é reconhecida por sua grande contribuição com a escrita e a leitura durante a Antiguidade, pois diferente das demais, em Roma, a escrita estava espalhada por toda a extensão do Império e podia ser encontrada nos mais variados objetos, como “moedas, monumentos, lápides funerárias, altares em encruzilhadas, pedras de divisas,

marcadores de adequados, marcos miliários, tabuletas de lojas, pôsteres, cartazes e grafitos” (FISCHER, 2006. p. 64).

Contudo, Roma ainda manteve costumes semelhantes aos encontrados em outras sociedades da Antiguidade. Os romanos também idealizavam a leitura oral, atribuindo-a grande importância, até mais que os gregos. Fischer (2006, p. 63) destaca esse povo por ser os maiores fãs da leitura oral: “na realidade, os romanos, muitos mais que os gregos, conferiam ao discurso oral uma importância vital nas questões civis”.

A leitura, já durante os primeiros séculos depois de Cristo, deixou de consistir apenas em performances orais, e os leitores não mais se restringiam aos patrícios, aos escravos treinados, aos escribas profissionais e aos secretários. Como a habilidade de leitura se ampliou, os romanos de outros segmentos sociais passaram a realizar a leitura individual e a escrever por conta própria. Nesse sentido:

Durante os primeiros séculos d.C., a maioria dos romanos letrados lia em voz alta para si mesma e escrevia sua própria correspondência, já que a aptidão e a habilidade haviam-se expandido para além da classe e do ambiente dos patrícios. Escravos especialmente treinados, escribas profissionais e secretários deixavam de dominar a classe de leitores. (FISCHER, 2006, p. 65)

Como consequência do enorme desenvolvimento na literatura escrita, Roma estimulou desde muito cedo o comércio das obras. Os materiais vendidos eram principalmente rolos de papiro. Porém, o acesso estava restrito à elite. Mesmo com a crescente procura, os papiros ainda apresentavam preços elevados, por isso eram raros.

Fischer (2006, p.65) salienta que “a maioria das residências mais ricas de Pompéia e Herculano, por exemplo, revelou ter uma pequena quantidade de rolos de papiro. Isso porque o papiro continuava muito caro”. Além disso, o autor destaca que o público que comprava essas obras, em geral, era rico, como os senadores, que faziam parte da alta sociedade.

Posteriormente, a partir da escassez do papiro, os volumes de pergaminhos assumiram a posição de principal item comercializado na época.

Todavia, Fischer destaca que nem sempre as obras eram apreciadas em razão do seu conteúdo. Muitas vezes, os suportes eram utilizados como instrumentos que simbolizavam ostentação intelectual:

No século I d.C., Sêneca censurava o modismo de exibir de forma ostentosa a coleção residencial de rolos de papiros: “Muitas pessoas sem o ensino escolar usam os livros não como ferramentas para estudo mas como objetos de decoração para sala de jantar”. (FISCHER, 2006, p. 72)

Dessa forma, assim como se observou em outros momentos históricos, os suportes eram vistos como símbolo de poder, pois o seu custo alto e a sua raridade demonstravam a sua preciosidade na sociedade.

De acordo com Fischer (2006), a princípio, os produtos que atraíam maior interesse do público leitor eram as obras de Homero e Virgílio. Todavia, a partir do século IV d.C., a Bíblia se tornou o livro mais procurado, e logo sua venda disparou.

O resultado da evolução da leitura em Roma é o avanço intelectual demonstrado por aquela sociedade. As bibliotecas, o mercado livreiro e a quantidade acima da média de leitores tornaram o Império Romano uma potência não só militar e econômica como também científica da Antiguidade.

A influência exercida pela cultura helênica sobre a civilização de Roma é percebida a partir do fascínio gerado pelas obras gregas nos romanos. Segundo Fischer (2006, p. 72), “as primeiras bibliotecas romanas continham sobretudo rolos de papiro gregos, pois a leitura ‘adequada’ para qualquer romano letrado era, é claro, o grego, e não o latim”.

Fischer (2006) relata ainda que, entre as bibliotecas gregas dominadas por Roma, podem ser citadas a Biblioteca Real Macedônia, a Biblioteca de Apelião de Téos e a Biblioteca de Mitridates. Os romanos mantinham também bibliotecas particulares, que se localizavam nas residências das personalidades mais ricas.

Porém, a partir de certo momento, a prática da leitura se enfraqueceu em todo o Império Romano. No entanto, no âmbito religioso, a expansão do cristianismo e da mensagem contida nos textos bíblicos ajudaram a manter acesa a essência da leitura e da escrita por anos. Fischer (2006, p. 80) lembra que:

A leitura sofreu um declínio ao longo do Império Romano em todos os domínios sociais, exceto na prática religiosa. O cristianismo obteve êxito sobretudo porque, tendo sido parasitário do ensino greco-latino, defendeu a literatura como seu próprio veículo e, assim, interessou aos letrados eruditos.

Por fim, conclui-se que, apesar dos percursos existentes, a civilização romana trouxe valiosas contribuições para a evolução literária, impactando a maneira como a escrita e a leitura eram vistas pelas sociedades que estiveram sobre o domínio direto ou indireto de Roma, e servindo de exemplo para outras civilizações posteriores.

5.3 Na Idade Média

Na Europa, com a queda do Império Romano do Ocidente, no ano de 476 d. C., a configuração social passou por profundas transformações. Durante a Idade Média, o acesso ao conhecimento escrito e aos suportes informacionais eram restritos à elite, aos escribas e aos monges. Estes últimos, que tinham a tarefa de copiar os textos, eram controlados pela corporação, pela Igreja Católica e pelo Estado, a fim de manter a disseminação da informação limitada ao círculo social dos ricos e influentes (RODRIGUES, 2012).

Os monges e os escribas eram homens que dedicavam suas vidas à leitura e à escrita dos textos. A sua profissão exigia bastante devoção, atenção e zelo, pois eles eram os responsáveis pelas transcrições dos manuscritos. Nesse trabalho, todos os detalhes eram importantes e deveriam ser vistos minuciosamente, pois um erro simples de escrita poderia atrasar todo o processo. (LYONS, 2011)

Mesmo em outras culturas não europeias, os textos eram tidos como objetos sagrados, que deveriam ser extremamente respeitados. Nesse contexto, um erro de transcrição poderia prejudicar a relação individual com os deuses. Lyons (2011, p. 33) exemplifica que “os textos budistas eram objetos sagrados e venerados, o ato de copiá-los podia levar um escriba à perfeição e dar-lhe mérito aos olhos da divindade”.

Em razão da importância dada a essa profissão, os escribas eram valorizados. Contudo, escrever os manuscritos não se tratava de uma tarefa fácil e rápida, pois, para se tornar um sábio intelectual, era necessário possuir conhecimentos, dominar o latim, saber ler e escrever. Lyons explica:

Os escribas tinham de ser capazes de copiar obras em latim, grego e hebraico, quer que as compreendessem, quer não, e tinham de estar familiarizados com a tecnologia de escrita para garantir que as linhas fossem retas e as letras tivessem tamanho igual. Esperava-se que fossem competentes em uma série de estilos de escritas. (LYONS, 2011, p. 41)

Enquanto isso, as classes sociais mais baixas continuavam tendo contato limitado com as informações contidas nos suportes, porque não participavam da produção dos manuscritos nem tinham acesso às cópias transcritas. Além do mais, o custo continuava alto e inviável para a população mais desfavorecida.

Os mosteiros eram os locais destinados para os monges realizarem suas funções, como transcrever os manuscritos, estudar e ler a literatura cristã. Contudo, esses locais não possuíam ambientes reservados para guardar os manuscritos. Somente séculos depois foram construídos

espaços específicos para manter os livros organizados, separados, preservados e acessíveis em caso de serem solicitados para pesquisas ou leituras. Lyons (2011, p. 38) esclarece:

Nos primeiros mosteiros, não havia aposento separado que servissem como biblioteca, mas, a partir do século VI, as bibliotecas tornaram-se um componente essencial da vida monástica na Europa ocidental. Progressivamente, os beneditinos colocaram os livros sob o cuidado de um bibliotecário que supervisionava o seu uso. Em salas de leitura, livros valiosos eram acorrentados às prateleiras, mas também havia seções circulantes.

Lyons (2011) salienta que a Idade das Trevas, nome popularmente dado à Idade Média, é marcada por dois grandes acontecimentos, sendo o primeiro a substituição do rolo pelo códice e o segundo a mudança da leitura oral pela leitura silenciosa.

Os monges passaram a desenvolver uma leitura silenciosa e individual. Chartier (1998, p. 119) revela que “é apenas nesse momento que, entre os leitores, começam a ser numerosos aqueles que podem ler sem murmurar, sem ‘ruminar’, sem ler em voz alta para eles mesmos a fim de compreender o texto”.

Além disso, a transição da oralidade para a leitura silenciosa possibilitou a expansão da alfabetização na Europa Ocidental. Contudo, esse processo aconteceu de forma lenta. Fischer descreve:

Hoje, os historiadores compreendem que a transição do modo oral para o letrado ‘foi gradual, ou seja, em vez da eliminação total da oralidade de uma só vez, houve por algum tempo uma adaptação à prática oral, e essa prolongada convivência tornou possível a transição do oral para o escrito’. A Europa ocidental iniciou a transição de uma sociedade oral para uma letrada no início da Idade Média, começando pelas camadas mais altas da sociedade - aristocracia e clero - e, por fim, incluindo todos os demais, cerca de 1.200 anos mais tarde. (FISCHER, 2006, p. 131-132)

O processo de substituição da forma de leitura oral pela silenciosa é considerado um marco para a história, pois a leitura tornou-se individual, reflexiva e conceitual. No entanto, apesar dessa mudança, a leitura oral continuou sendo praticada. O aumento no número de alfabetizados oportunizou o surgimento de novos leitores, lugares e novas modalidades de textos a serem lidos em público. Fischer (2006, p. 131) elucidada:

Em jardins ensolarados e saguões repletos de gente, romances e épicos - não mais lidos em voz alta por serviçais e escravos, mas pelos próprios membros da família-entretinham nobres e damas. Passagens da bíblia eram lidas em voz alta nas cerimônias religiosas e às freiras e aos monges durante as refeições.

A Europa medieval sofreu forte influência literária do Império Bizantino, que ofereceu contribuição em várias áreas do conhecimento, como a astrologia, a medicina, a história e a ficção popular (FISCHER, 2006).

O gênero literário mais lido durante a Idade Média foram os livros de preces pessoais, também conhecidos por livros de horas. Lyons (2011, p. 45) esclarece:

O livro de horas foi uma forma popular de livro de orações produzida para leigos na Idade Média tardia e na Renascença. Ele indicava as preces e devoções adequadas a momentos específicos do dia e às estações do ano. [...] Com frequência, eram personalizados com ricas iluminuras. Eram objetos de luxo, portáteis e geralmente escritos com caracteres latinos ou góticos, exemplificando a crescente produção de livros para leitores leigos instruídos, inclusive mulheres.

O livro de horas tornou-se popular, porque era portátil, com tamanho proporcional para ser transportado para qualquer lugar, e a qualidade era variável, podendo ser do mais sofisticado ao mais grosseiro e barato. Ademais, esse livro proporcionou a ligação dos leitores com Deus, sem o intermédio direto da Igreja. Fischer (2006, p. 154) explica:

O livro veiculava o leitor diretamente ao divino sem a mediação da Igreja, a qual até então havia monopolizado a escrita religiosa: com um livro desses nas mãos, a própria leitura se tornava um ato sagrado de enorme individualidade. Essa percepção inovadora, enfim, abriu caminho para a leitura das escrituras nos idiomas vernáculos.

Nesse período, a grande parte dos livros possuía cunho religioso. O cristianismo foi um fator de grande influência na democratização do acesso à informação, pois os ensinamentos e práticas religiosas passaram a ser amplamente divulgados através da literatura. Além disso, outras mudanças foram percebidas, como a introdução do público feminino na leitura dos livros religiosos. Fischer (2006, p. 155) descreve:

Ilustrações como a da Virgem segurando um livro - Cristo em tenra idade lendo quase sempre em seu colo - proliferaram nos séculos XIV e XV. Ambos juntos partilhando a palavra de Deus, homens e mulheres como seres semelhantes, conquistam a Verdade eterna por intermédio da leitura.

A Igreja exercia na Idade Média domínio em todos os segmentos, não somente no religioso, como também no social, cultural e econômico. As autoridades religiosas eram consideradas figuras importantes e respeitadas pela população em toda a Europa. Fischer (2006) compara a relevância dos escribas aos membros religiosos, ao declarar que durante o século VII e VIII, na Irlanda, a pena para o assassinato de um escriba era equivalente à pena de assassinato de um bispo. Com isso, pode-se inferir o quão valorizada era a leitura e a escrita nesse período.

Apesar da alcunha de Idade das Trevas, esse período histórico viabilizou a valorização do conhecimento, através da educação. Com o Renascimento Carolíngio, comandado por Carlos Magno, houve melhorias no processo de desenvolvimento literário, por meio da leitura e da escrita. Fischer (2006, p. 135) expõe exemplos empregados por esse novo modelo: “cada

igreja e cada mosteiro no reino deveria abrigar apenas cópias corretas de livros e assegurar que os copistas, ao copiar ou fazer a leitura em voz alta, evitassem adulterar um texto.”

Anteriormente, o controle de veracidade da obra era precário, de forma que se pode presumir que muitos erros eram realizados, mas não identificados. Contudo, com esse movimento, as obras passaram a receber maior credibilidade, pois o conteúdo escrito passou a permanecer mais fiel ao original.

Vale destacar que, mesmo na atualidade, o problema de infidelidade na transmissão da informação ainda persiste com a propagação de notícias falsas, que são rapidamente repassadas ao público. No entanto, com o trabalho de checagem da informação, os agentes informacionais conseguem identificar a inautenticidade da mensagem e alertar os usuários sobre os riscos causados pela adulteração da informação.

As práticas leitoras na Idade Média estavam direcionadas ao cristianismo. O latim era a linguagem mais utilizada, e portanto apenas os que sabiam ler nesse idioma eram capazes de acessar o conhecimento escrito. Fischer (2006) fala sobre a importância e os benefícios do entendimento dos registros na sociedade medieval da Europa ocidental:

A capacidade de ler e escrever em latim, acima de tudo, era de extrema importância no início da formação da sociedade medieval da Europa ocidental. Preservava o conhecimento antigo, o qual era importante para os herdeiros do Império Romano. Facilitava a administração. Outorgava poderes à Igreja. Podia até conduzir à salvação pessoal. (FISCHER, 2006, p. 138)

Ademais, Fischer (2006) ressalta que apesar do aparecimento dos versos de romances em língua vernácula, durante a alta Idade Média, a maior parte da leitura continuava sendo realizada em latim. Esse idioma dominava a Igreja, a escola e a educação.

No século XI, a escrita começou a florescer devido ao aumento da circulação de informações. De acordo com Fischer (2006), o comércio tornou-se mais intenso, criando novas demandas. O fluxo de documentos, como contas, correspondências, documentos e escrituras ampliaram, tornando o acesso mais amplo à população.

Na alta Idade Média, a leitura era vista de forma diferente por cada camada social. Os mais ricos preferiam ouvir as leituras, porque a capacidade de ler não era muito valorizada; aqueles que sabiam ler eram considerados inferiores; e os mais pobres, que sequer sabiam ler, conferiam um caráter sobrenatural à leitura. Fischer (2006, p. 153) esclarece:

Muitas das mais altas classes da sociedade, sobretudo a realeza, abstiveram-se por completo da leitura. Em geral, elas consideravam a leitura um ‘ofício’ que não era digno de sua posição, servindo apenas a padres e escribas de classes inferiores, que podiam ser contratados e dispensados com facilidade. No outro extremo da sociedade,

a maioria dos cidadãos comuns, ainda supersticiosos e desinformados, aceitava a escrita como algo “mágico”.

Por outro lado, a posse dos livros nessa época era valorizada e simbolizava poder. Aliás, como as obras eram caras, elas integravam o patrimônio do proprietário, revelando a riqueza de quem os detinha. Fischer (2006) retrata um exemplo de leitor aristocrático, que deixou em seu testamento bens, como a Bíblia, livros de histórias e hagiografia, bem como o romance de Alexandre. Dessa forma, verificam-se a importância e o valor representativo desse suporte informacional para a época.

No final do século XII, os livros passaram a ser comercializados com maior intensidade. Nesse período, os manuscritos eram feitos em pergaminho com formato de códice. O valor desses materiais era alto, servindo como garantia. Fischer (2006, p. 158) detalha:

Os livros, ou seja, os códices em pergaminho escritos à mão, muitos deles, no Norte da Europa, constituindo em pele de bezerros passaram a ser lucrativos artigos comerciais. Eram comercializados mais uma vez no Ocidente, após longos séculos de reclusão. Os que emprestavam dinheiro, reconhecendo o valor comercial dos livros, chegavam a aceitá-los como garantia; em particular, os estudantes tinham o costume de tomar dinheiro emprestado mediante o valor de um volume estimado.

No período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, os governos intensificaram o registro escrito de questões políticas e administrativas. Com isso, a elite dominante, que até então não dava muita importância para a arte de escrever, começou a perder poder político em razão da crescente necessidade da alfabetização. A expansão das práticas burocráticas exigiu o recrutamento de um grande número de escribas e copistas alfabetizados (LYONS, 2010).

Ao mesmo tempo, assuntos jurídicos (como contratos de venda, títulos de propriedade e testamentos) dependiam cada vez mais dos registros escritos. A capacidade de ler e escrever se espalhou, embora de forma marginal, inclusive nas classes sociais mais baixas, já que camponeses e artesãos passaram a documentar eventos importantes em seus livros (LYONS, 2010).

Portanto, as mudanças ocorridas nesse período foram fundamentais para o progresso da leitura, servindo de subsídio para as práticas leitoras que existem até hoje.

5.4 Na Idade Moderna

A Idade Moderna se iniciou em 1453 e durou até 1789. Apesar de ter sido o período histórico mais breve (em comparação com os outros três), ocorreram, nesse intervalo, inúmeros

eventos que contribuíram significativamente para alterar os costumes da civilização ocidental, em especial as práticas leitoras.

Em primeiro lugar, apesar da importância da invenção da imprensa, deve-se atentar que as transformações causadas pela tipografia se restringiram inicialmente aos eruditos, já que as pessoas comuns em grande parte permaneceram por muito tempo com os costumes orais de transmissão do conhecimento, fora do mundo da impressão. Além do mais, a imprensa não alterou os livros em si, a matéria tratada nos livros nem o suporte utilizado - que era o papel (LYONS, 2010).

Durante o século XV, surgiu um movimento religioso, na Europa, objetivando alterar práticas contraditórias da Igreja Católica. Martinho Lutero e João Calvino foram os principais líderes da Reforma Protestante, a qual provocou mudanças profundas nas relações sociais e nos costumes de leitura.

Os adeptos da Reforma Protestante defendiam o retorno às verdades fundamentais das Escrituras Sagradas, em vez de confiar nos comentários e interpretações dos teólogos eruditos. Segundo os protestantes, a mensagem da Bíblia deveria ser acessível a todos os cristãos, de forma que as línguas nacionais (como alemão e francês) deveriam ser o veículo de comunicação, em vez do latim, que nem todos entendiam (LYONS, 2010).

Esse quadro gerado pela Reforma incentivou duplamente o uso da impressão: tanto para divulgar as ideias protestantes como para espalhar a Bíblia impressa em si. Porém, os católicos, assim como os protestantes, também utilizaram textos impressos para defender suas ideias (LYONS, 2010).

Os pregadores das ideias protestantes adotavam as línguas nacionais em seus escritos, porém encontravam uma grande dificuldade para difundir seus pensamentos: o analfabetismo generalizado da população rural e da maioria das classes trabalhadoras urbanas. Na Europa da época, o alfabetismo dependia fortemente do gênero e do *status* social: os homens eram em geral mais alfabetizados do que as mulheres, enquanto os integrantes da nobreza e os profissionais liberais eram mais alfabetizados do que aqueles das classes inferiores (LYONS, 2010).

Assim, a divulgação dos pensamentos reformadores variou de acordo com o contexto social. O calvinismo encontrou audiência entre artesãos urbanos que sabiam ler em maioria, enquanto que o luteranismo ganhou seguidores entre camponeses pobres da Alemanha rural, em geral analfabetos. De qualquer modo, a imprensa conferiu aos líderes calvinistas e luteranos a possibilidade de atingir públicos muito maiores e fiéis, ainda que os meios visuais não-verbais e a oralidade tenham sido empregados em conjunto com os textos impressos (LYONS, 2010).

Além disso, a Reforma Protestante na Europa causou o aumento de publicações em línguas nacionais não somente na produção da Bíblia, mas em outros textos impressos. Por outro lado, o uso do latim nas obras também foi gradualmente sendo reduzido.

Porém, deve-se reconhecer que a evolução linguística consistente no crescimento do uso das línguas vernáculas não foi produto exclusivo da Reforma, porque se deu no contexto de fortalecimento das nações (inclusive católicas) e da ideia de Estado moderno, em contraposição à organização feudal, predominante na Idade Média europeia (LE GOFF, 2015).

A seu turno, a Igreja Católica implementou uma série de medidas para tentar conter o crescimento das ideias protestantes, no movimento intitulado Contrarreforma. Em 1546, por meio do Concílio de Trento, a Igreja enfatizou o aprendizado religioso pela forma oral, reafirmou o direito exclusivo do clero de interpretar as Escrituras e determinou que a única Bíblia autêntica era aquela publicada em latim. Simultaneamente, a Igreja aumentou a propagação de sua doutrina, por meio da publicação de breviários, missais e catequismos em latim. Assim, a impressão dos textos foi um instrumento adotado pelos protestantes bem como pela Igreja (LYONS, 2010).

É interessante notar que as reações aos efeitos da imprensa se assemelham às reações à *internet*, no sentido de que, de um lado, existem aqueles que defendem a ampliação do acesso ao conhecimento; e de outro, aqueles que apontam para a disseminação de falsidades e mentiras (LYONS, 2010).

Nesse contexto, ocorreram tentativas de estabelecer controle sobre o conteúdo impresso tanto por parte das autoridades religiosas como das políticas. A Igreja Católica, por meio da censura, impedia certos livros de serem publicados e espalhados, como forma de manter a posição de definidora da doutrina cristã correta e de evitar as interpretações heréticas. Em 1593, o Papa Clemente VIII proibiu a leitura da Bíblia em línguas que não fossem o latim. Ademais, a queima de livros era uma prática comum em várias partes do velho continente. A Igreja, por meio do *Index*, primeiramente publicado em 1558, que era a lista de livros proibidos, incentivava a redução às cinzas das obras que continham conteúdo herege (LYONS, 2010).

Por sua vez, na França, a partir de 1563, todas as publicações dependiam de permissão real. No entanto, os esforços de censura não obstaram a disseminação das ideias protestantes nem asfixiaram a divulgação de panfletos em momentos de crise política em muitas partes da Europa (LYONS, 2010).

Na Inglaterra, a presença da Igreja Católica Romana se enfraqueceu com o rompimento por Henrique VIII, que estabeleceu a Igreja Anglicana. Com isso, o monarca inglês se tornou o chefe do Estado e da Igreja local. Além disso, por meio da imprensa, a monarquia tinha um

cenário favorável para a difusão das ideias protestantes, e não havia restrição para a leitura da Bíblia em inglês. Apesar de uma tentativa de restauração católica, principalmente com Maria I, em cujo reinado a censura se intensificou, a produção de textos impressos religiosos na Inglaterra não sofreu tanto as restrições como em outros locais (LYONS, 2010).

Vale destacar que, apesar de a Reforma Protestante ter propagado a possibilidade de as pessoas lerem por conta própria, os líderes luteranos e calvinistas compartilhavam a preocupação das autoridades católicas quanto aos perigos advindos da independência na leitura individual, porque isso poderia levar a interpretações radicais. Afinal, como ocorre com a leitura de qualquer conteúdo, o leitor sempre traz sua própria bagagem para interpretar a mensagem escrita (LYONS, 2010).

A partir do século XV, Portugal (logo depois seguido pela Espanha) deu início à expansão ultramarina do seu território por meio do que se convencionou denominar Grandes Navegações. Tratava-se de incursões marítimas dos países europeus mais economicamente desenvolvidos à época, pelo Oceano Atlântico e pelo Oceano Índico, a fim de conseguir terras produtivas e desenvolver relações comerciais (LE GOFF, 2015)

Aliás, a vontade de espalhar os ensinamentos cristãos para os povos do Novo Mundo (como eram chamados os territórios descobertos nas Grandes Navegações) também foi uma das motivações das expedições marítimas de colonização da América (FAUSTO, 2006).

Nesse contexto, originou-se a história do Brasil, com o descobrimento oficial do nosso país pela expedição comandada por Pedro Álvares Cabral, em 1500, a serviço da Coroa portuguesa. Na verdade, o Brasil já era habitado por povos nativos, e o que se chamou de descobrimento revela uma perspectiva eurocêntrica da narrativa historiográfica (FAUSTO, 2006).

Porém, é inegável que, a partir do ano de 1500, começaram a ser feitos registros escritos sobre o Brasil, iniciando-se assim a prática da leitura nacional, cujo marco inaugural é a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, relatando o que havia sido encontrado pelos descobridores.

Embora o uso do latim nos escritos tenha sofrido com a Reforma Protestante, outro movimento intelectual contribuiu para a sobrevivência do estudo daquela língua e para a disseminação da cultura greco-romana: o Renascimento. Essa denominação remete à retomada da importância dada ao conhecimento produzido pelas civilizações antigas (LYONS, 2010).

O movimento renascentista, que partiu da Itália e irradiou-se para o restante da Europa, promoveu a redescoberta do pensamento de filósofos como Aristóteles e Platão. Os autores modernos buscavam redefinir o estatuto do homem na sociedade e no universo, em oposição à

importância de Deus no pensamento e na sociedade medievais; por isso, muitas vezes se utiliza o termo “humanismo” para se referir àquela corrente filosófica (LE GOFF, 2015).

Nesse período, no campo da instrução e da educação, pode-se perceber o crescimento da escolarização, o aparecimento de mulheres eruditas e o aumento do número de autores. Ademais, a partir de 1751, a publicação da Enciclopédia, obra que buscou reunir o conhecimento filosófico, científico e artístico acumulado, foi um marco ao introduzir um pensamento racional e laico (LE GOFF, 2015).

Nesse sentido, serão abordadas na próxima seção as práticas leitoras na Idade Contemporânea, trazendo como conteúdo os tipos de leitores e a leitura no Brasil.

6. AS PRÁTICAS LEITORAS NA ATUALIDADE

As práticas leitoras iniciaram-se com a expansão da imprensa, junto à crescente comercialização e ao aumento no acesso à informação e perpetua-se até os dias atuais com a globalização e os recursos tecnológicos, como descreve Lajolo e Zilberman (2019, p. 23-24):

Se não podemos escrever a bibliografia do leitor, temos condições de narrar sua história, que começou com a expansão da imprensa e desenvolveu-se graças à ampliação do mercado do livro, à difusão da escola, à alfabetização em massa das populações urbanas, à valorização da família e da privacidade doméstica, e a emergência da ideia de lazer.

Como já foi exposto, os livros inicialmente eram restritos a grupos privilegiados, como escribas, monges e burgueses. No entanto, com as evoluções sociais, a circulação de vendas, a escolarização e com a alfabetização, novos leitores foram surgindo e com eles as práticas leitoras.

Já Fisher destaca a religião como elemento primordial para o avanço das práticas leitoras nas sociedades, cuja importância tem sido repercutida no atual contexto social e influenciado na diversidade de suportes, na quantidade de leitores e no acesso à informação.

Ao longo da história, a religião foi um dos principais motores da alfabetização. Os escribas-padres figurariam entre os primeiros leitores da sociedade. Depois deles, vieram os eruditos da elite e, a seguir, os celebrantes seculares que, por sua vez, expandiram e diversificaram o material de leitura, acabando por indicar um conceito de educação geral. (FISCHER, 2006, p. 38)

O autor também destaca a evolução dos leitores, que foram sendo adicionados conforme o progresso histórico das antigas sociedades até a modernidade. O ato de ler atualmente é representado como elemento essencial para a formação moral da sociedade. Dessa forma, o gosto pela leitura foi alcançando novos horizontes, como os lares familiares, as escolas, as igrejas, as instituições públicas e privadas, hospitais e outros ambientes informacionais, como os ciberespaços, a *internet* e as mídias sociais, que foram surgindo com a revolução tecnológica.

Apesar dos novos espaços de leitura, o ato de ler continuou sendo praticado pela classe dominante, como os burgueses. Lajolo e Zilberman (2019, p. 26) explicam que a “atitude individual ou praxe coletiva, silenciosa ou em voz alta, a leitura do folhetim semanal ou das Sagradas Escrituras invade o lar burguês, integrando-se ao cotidiano familiar e passando a constatar as representações imaginárias da classe média”.

Pode-se destacar que, embora a circulação de informações tenha aumentado, os mais pobres continuam tendo dificuldade de acesso à informação contidas nos suportes, sejam eles tradicionais ou tecnológicos.

Lyons (2011) explica que houve inúmeros percalços para alcançar a democratização do conhecimento e do acesso à informação. Durante a trajetória histórica dos suportes informacionais, percebe-se a escassez de materiais, de leitores e de escritores. Contudo, com a criação da imprensa, houve um aumento na circulação de livros impressos, de escritores anônimos, e na quantidade de suportes, que não se restringiam apenas às tabuletas, aos papiros e aos pergaminhos.

Durante a Idade Média, o papel tornou-se o suporte informacional mais utilizado do mundo. Mais adiante, houve a revolução digital, que proporcionou ao homem novos recursos, cuja funcionalidade tem permitido melhorias e novas possibilidades para aqueles que desejam ter opções novas no mercado editorial, como os *e-books*, que proporcionam comodidade aos leitores (LYONS, 2011).

Ainda conforme Lyons (2011), as práticas leitoras estiveram em evidência após a Segunda Guerra Mundial, quando a produção de livros aumentou, causando popularidade aos clubes de leitura e ampliando o mercado editorial do Oriente ao Ocidente. Por fim, o impacto produzido pelos recursos tecnológicos, como computadores, *smartphones* e *tablets*, foi importante para a democratização da informação no contexto atual.

A internet colocou ao alcance de nossas mãos uma quantidade de conhecimentos sem precedentes, criando novas e excitantes possibilidades, além de colocar novos desafios para autores e editores. Novos dispositivos portáteis de leitura competem com o tradicional códice, e a fantasia utópica de um único livro contendo todo o conhecimento do mundo pode um dia estar literalmente ao nosso alcance. (LYONS, 2011, p. 167)

A *internet* é um marco para a sociedade contemporânea, pois viabilizou o aumento da circulação de informações, diversificou os dispositivos de leitura, revelou novos leitores e estabeleceu novos recursos que fizeram desse evento um grande acontecimento para a atualidade, causando uma ruptura sem precedentes nos costumes. Fischer (2006, p. 279) esclarece: "no passado, a comunicação era lenta, imperfeita, restrita e cara. Agora, é instantânea, confiável na maioria das vezes, irrestrita e barata. Entretanto, ela também sufoca com tanta informação".

A grande quantidade de informações disponíveis atualmente não significa necessariamente um ponto positivo, pois quanto maior o número de informações circulando maior a probabilidade de notícias irrelevantes, falsas e inapropriadas.

Diante de tantas informações, é importante estar atento, para selecionar, analisar e compreender o que pode ser útil e o que deve ser descartado. Fischer (2006, p. 281) ressalta “todavia, como sempre, a leitura individual requer seleção, análise e compreensão. E aqui repousa o desafio mais angustiante da civilização moderna. Precisamos aprender a administrar essa abundância de informações”. Dessa maneira, o livre acesso à informação não faz dos cidadãos atuais necessariamente seres mais avançados comparados com os das antigas civilizações.

A tecnologia trouxe aos leitores novos recursos informacionais, ampliando as possibilidades de leitura, que se tornou mais dinâmica. Assim, a leitura passou a ter diversos fins: conteudista, informativo, profissional, entretenimento e religiosa (FISCHER, 2006).

A leitura com finalidade conteudista é introduzida na vida escolar e segue até o fim da formação educacional do indivíduo. Por sua vez, a leitura externa e informativa tem como objeto as informações espalhadas nas fachadas de pontos comerciais e nos enormes *outdoors*.

Já a leitura profissional ganha destaque na atualidade, pois com a informática, as informações passaram a ser expostas nas telas de computadores e aparelhos celulares. Enquanto isso, a leitura por entretenimento é utilizada como meio para desopilar dos estresses gerados no dia a dia e para a diversão individual. Por fim, a leitura religiosa, utilizada fortemente na Idade Média, continua sendo praticada pelos fiéis que buscam nos livros sagrados um amparo espiritual e aproximação com a divindade. Logo, com a enorme propagação da palavra escrita, fica a critério do leitor escolher a informação e o formato adequado, que atenda a sua necessidade informacional.

Ademais, a *internet* proporcionou mudanças que influenciaram no alcance de novos leitores. Zilberman (2009) ressalta que, devido aos editores de texto e aos *scanners*, diversas obras clássicas da literatura universal de domínio público foram digitalizadas e disponibilizadas de forma gratuita em sítios eletrônicos de bibliotecas, como a Biblioteca Digital de Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina e a Biblioteca Digital de Obras Raras e Especiais da Universidade de São Paulo.

Logo, o leitor, independentemente de sua classe social, consegue ter acesso à informação, mas é preciso possuir um equipamento tecnológico, seja um *tablet*, computador ou aparelho celular a sua disposição, assim como letramento digital para manusear a ferramenta.

Atualmente, com os recursos digitais, os leitores possuem acesso a uma rede de informações amplamente difundida. Dessa maneira, suas informações privadas utilizadas durante sua busca podem ser facilmente acessadas pelas empresas que fornecem os dispositivos e os serviços de leitura. Nogueira (2013, p. 130), esclarece:

Informações detalhadas como a página lida, anotações, destaques e marcações são armazenadas nos servidores e podem ser combinadas para traçar o perfil dos consumidores, que não tem, na maioria dos casos, mecanismos para acessar, corrigir ou eliminar os dados coletados. Sob esse aspecto, a leitura em um dispositivo digital, conforme tais artifícios, deixou de ser uma atividade anônima para se transformar em prática monitorada pela indústria.

Dessa maneira, as empresas devem deixar o consumidor ciente sobre o uso de dados para montar perfis de leitores, a partir das informações acessadas por seus clientes. Essa abordagem quando utilizada de forma consciente é muito útil para o usuário, pois sugestões, assuntos semelhantes e compatíveis com o gosto literário do leitor são sugeridos, assim o tempo para procurar obras similares é reduzido.

Nogueira (2013, p. 132), ao relatar a publicação de um livro interativo para o público infantil, revela o dinamismo e a atratividade do suporte eletrônico:

Lançado em agosto de 2010, a edição para iPad de *A menina do Narizinho Arrebitado*, de Monteiro Lobato, contou com a animação ao longo do texto, nas quais se podia interagir, através de toques na tela, com os personagens ilustrados por Rogério Coelho. Em uma das passagens, ao tocar a tela um vagalume ilumina o texto, facilitando a leitura.

Observa-se que as interações no texto são recursos implementados para manter o leitor atento ao livro e a história. Essas ferramentas digitais modificam a prática de leitura, pois agora torna-se possível um texto ser criativo, dinâmico e divertido para as crianças se aproximarem da literatura.

No final do século passado, no contexto da introdução de novos suportes eletrônicos, a leitura em telas de computador trouxe desconforto para os leitores:

No início da década de 1990, as bibliotecas virtuais passaram a oferecer textos de domínio público pela primeira vez, sem nenhum custo. Muitos leitores, porém, acharam desconfortável a leitura de enormes quantidades de texto direto na tela do PC; até laptops menores davam essa sensação de incômodo, como se fosse algo incompatível com a percepção mais comum sobre a leitura informal. Isso motivou o desenvolvimento e a produção de leitores especializados, portáteis e eletrônicos (FISCHER, 2006, p. 293)

No entanto, mesmo com o desenvolvimento de um suporte exclusivo para a leitura de livros digitais, ainda há pontos negativos. Fischer (2006, p. 294) destaca: “as atuais limitações dos ebooks - o custo dos equipamentos, pouca durabilidade das baterias, telas muito pequenas e, em geral, impraticáveis, formatos de arquivos não padrão e questões relacionadas a direitos autorais - impedem seu crescimento total nesse momento”.

Por fim, é necessário ter cuidado: a leitura dos suportes, desde os tempos remotos, sempre foi vista como ferramenta poderosa, mas também perigosa; pois, apesar de transmitir

conhecimentos, ela também é capaz de alienar e impor valores ao leitor. Sócrates há mais de 2.400 anos advertia que a palavra escrita sendo lida por pessoas despreparadas e sem condições para compreender o que liam era uma verdadeira arma (FISCHER, 2006).

6.1 Os tipos de leitores

De acordo com Santaella (2013), existem quatro tipos de leitor, sendo eles o leitor contemplativo, o leitor movente, o leitor imersivo e o leitor ubíquo. Esses leitores surgem à medida que a sociedade evolui. Portanto, o contexto social, cultural e econômico de cada época influenciou diretamente na forma de leitura de cada povo, desde a leitura dos livros impressos até a leitura das telas.

O leitor contemplativo é caracterizado pelo estilo de leitura individual, solitária e silenciosa, que costuma ser realizada em locais calmos e privados, a fim de permitir que o leitor contemple, medite e concentre sua imaginação com a narrativa do livro. Esse tipo de leitor costuma ler os objetos e os signos duráveis, imóveis, localizáveis e manuseáveis, como os livros, as pinturas, as gravuras, os mapas e as partituras (SANTAELLA, 2013).

Já o leitor movente possui características peculiares ao homem que viveu a era da revolução industrial. Esse leitor acompanha o ritmo acelerado das máquinas e do mercado capitalista, por isso é designado como “leitor treinado nas distrações fugazes e sensações evanescentes, cuja percepção se tornou uma atividade instável, de intensidades desiguais, leitor apressado de linguagens efêmeras, híbridas, misturadas” conforme ressalta Santaella (2013, p. 286). Esse leitor é diferente, pois o seu foco não se concentra apenas no livro, mas na leitura e na percepção das imagens, dos ruídos, dos sons, das falas, dos movimentos, das páginas dos jornais e dos letrados.

Por sua vez, o leitor imersivo é descrito como o leitor moderno, que usa em seu cotidiano predominantemente as telas. Santaella (2013) o denomina de imersivo, porque ele navega pelo espaço informacional e detém-se pelas telas e pelos programas de leitura.

Por fim, o leitor ubíquo é definido por fazer leituras acessíveis em qualquer ambiente e em qualquer horário, através de dispositivos eletrônicos que permitem transportar e visualizar o conteúdo a qualquer momento (SANTAELLA, 2013).

Destaca-se essa última categoria de leitor por ser a versão predominante do leitor contemporâneo, que faz leituras em ambientes diversos sem ser refém do horário ou da iluminação, podendo realizar leituras durante o dia ou durante a noite, em lugares calmos ou

agitados e em ambientes superlotados ou vazios. Dessa forma, infere-se que a dinâmica de leitura desse tipo de leitor depende exclusivamente dele e não das circunstâncias.

Deve-se atentar ainda que um indivíduo pode ser enquadrado em mais de uma classificação de leitor ao mesmo tempo. Isso significa que um leitor pode ser tanto do tipo ubíquo, fazendo leituras em suportes informacionais digitais, como também pode realizar leituras de imagens, de panfletos e de jornais, como o leitor movente.

Atualmente, considerando a ampla gama de suportes informacionais disponíveis, as práticas leitoras mostram-se bem diversificadas. Cada suporte influencia seus leitores na forma de ler, nos ambientes e nas imediações, possibilitando uma extensa combinação de hábitos leitores. Sendo assim, cabe a cada indivíduo decidir quanto ao método que seja mais conveniente para suas necessidades informacionais e assim conseguir ler de forma mais confortável.

6.2 A Leitura no Brasil

No Brasil, a imprensa tardou a ser difundida, em razão da proibição da realização de tipografia pela Coroa portuguesa. Como consequência, houve dificuldades na disseminação das práticas leitoras. Somente em 13 de maio de 1808, surgiu a primeira máquina tipográfica, utilizada para publicar os atos e proclamações da Corte, que havia sido transferida para o Brasil. Lajolo e Zilberman (2019, p. 164) relatam o acontecimento:

Sua Alteza Real foi servido mandar que se estabelecesse nesta Corte a Impressão Régia, para nela se imprimirem exclusivamente toda a legislação, e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do real serviço, e também todas, e quaisquer obras, concedendo a faculdade aos seus administradores para admitirem aprendizes de compositor, impressor, batedor, abridor e demais ofícios que lhe sejam pertencentes.

As autoras salientam que a Impressão Régia pertencia exclusivamente ao governo, e os prelos ilegais eram fortemente censurados, sendo apreendidos pela polícia do Rio de Janeiro. Naquele período, as únicas tipografias legalizadas no país eram as da Corte e a de Manuel Antônio da Silva Serva, na Bahia. Em razão da proibição da circulação de livros impressos, as práticas leitoras foram tardias e precárias.

Os livros no Brasil passaram a ser produzidos em maiores proporções em 1821, momento em que foi liberado o funcionamento de outras tipografias. Lajolo e Zilberman (2019, p. 167) relatam que “crescem então as oportunidades de leitura a partir dos aumentos dos negócios de imprensa e de livros, através das várias tipografias que surgem”.

A Impressão Régia produziu muitas obras, como revistas, jornais, periódicos, sermões, obras literárias e livros didáticos. Esses últimos destacam-se por serem os mais produzidos pela tipografia do governo. Lajolo e Zilberman (2019, p. 170) revelam que “a particular atenção dedicada pela Impressão Régia ao livro didático tinha como causa a urgência em fornecer material escolar compatível para as instituições de ensino superior criadas por D. João depois de se estabelecer no país”.

Em 1840, no Rio de Janeiro, então sede da monarquia, apareceram os primeiros traços indicativos de formação leitora no Brasil. Lajolo e Zilberman (2019) comentam que, naquele mesmo ano, surgiram as tipografias, as livrarias e as bibliotecas, que contribuíram para a produção e a circulação da literatura no país. Apesar do ensino nesse período ser precário, havia movimentações para a melhorar a educação dos brasileiros.

Em 1870, o livro começou a ser produzido com material mais barato, com a capa brochada e em formatos menores. Dessa maneira, os preços das edições populares ficaram mais acessíveis, possibilitando que diferentes camadas sociais lessem autores como José de Alencar, Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo (EL FAR, 2006).

Nos anos seguintes, várias livrarias foram sendo inauguradas, o comércio dos livros estava crescendo e novos leitores foram surgindo. A Livraria do Povo, do proprietário Pedro Quaresma, inaugurada em 1879, recebeu destaque por ter proporcionado aos brasileiros a possibilidade de adquirir livros por preços mais acessíveis e também por ter tornado o ato da leitura interessante, devido à variedade dos gêneros literários. Essa livraria apresentou-se inovadora para época, pois leitores com diferentes padrões sociais passaram a ser consumidores de obras literárias e não literárias. El Far (2006, p. 15) expõe:

Quaresma publicou livros para crianças, numa época em que ainda não havia literatura infantil brasileira nas estantes das livrarias. Editou também uma série de manuais de ajuda prática, que ensinavam desde habilidades profissionais até receitas de doces e salgados, dicas de cura popular, feitiços para conseguir maridos e espantar mau-olhado e conselhos para melhor escrever e falar em ocasiões solenes.

Quaresma revolucionou o mercado livreiro no século XIX, pois trouxe ao catálogo diversos gêneros literários, inclusive romances com conteúdos impróprios à época, com cenas de adultério, prostituição, fantasias eróticas e entre outros. Conforme El Far (2006, p. 16), “esse novo tratamento dado ao livro fazia com que, no fim do século XIX, pessoas advindas dos setores menos favorecidos economicamente tivessem acesso ao objeto impresso, agora visto como passatempo e diversão”.

No século XX, os livros passaram a receber imagens, gravuras e fotografias em volumes de baixo custo, já que no século XIX, os exemplares produzidos com essas características

inclusas eram vendidos por preços altíssimos. El Far (2006) destaca que a utilização desse recurso nos livros impressos proporcionou ainda mais a popularização dos livros e da leitura no Brasil, pois facilitava o exercício da leitura, tornando-a prazerosa e fluída.

As práticas leitoras no Brasil foram se diversificando com o surgimento da tecnologia. Contudo, de acordo com os dados obtidos pela Câmara Brasileira do Livro e com as pesquisas de “Retratos de leitura no Brasil”, o número de brasileiros que praticam a leitura é inferior aos dos países de primeiro mundo, como Estados Unidos, França e Inglaterra. De acordo com El Far (2006), um dos motivos que causa dificuldade no progresso das práticas leitoras no Brasil é a elevação nos preços dos livros impressos e a falta de valorização dada à leitura pelos órgãos governamentais.

Ademais, El Far (2006) explica que os livros tornaram-se caros em razão da pouca quantidade de consumidores. Assim, fica inviável economicamente para os editores produzirem obras com preços mais baratos. Como consequência dessa problemática, a parte da população mais carente torna-se refém dos elevados preços dos livros e ficam impossibilitados financeiramente de adquiri-los com frequência.

Conforme “Retratos da leitura no Brasil” (2019), o leitor é definido como o indivíduo que leu pelo menos 1 livro, seja em partes ou inteiro nos últimos 3 meses. De acordo com os dados apresentados na pesquisa, em sua 4ª edição, publicada em 2015, foi constatado que 56% dos brasileiros eram leitores, o que equivale a 104,7 milhões de pessoas. Já na 5ª edição, de 2019, esse número declinou para 52%, equivalente a 100,1 milhões de pessoas.

Através dos dados obtidos, verificou-se que o número de leitores diminuiu em relação aos anos anteriores. Dessa maneira, observa-se que, apesar de estarmos cercados de informações e de termos acesso a diferentes suportes informacionais, falta incentivo para a prática leitora no Brasil.

A redução no número de leitores é um problema social e prejudica os indivíduos a exercerem sua cidadania. Não saber ler ou não conhecer como os textos escritos funcionam podem dificultar a participação social do cidadão, o compartilhamento de práticas sociais valorizadas e a vivência de elementos culturais (SESC, 2015).

Para El Far (2006), não há no Brasil uma valorização do hábito de ler. Para aumentar o número de leitores, o governo federal tem promovido programas de incentivo à leitura em escolas públicas, desenvolvendo ambientes de leitura para jovens, crianças e idosos, além de inaugurar bibliotecas comunitárias nos bairros e nas cidades mais carentes. Esses programas colaboram para o aumento no número de leitores, mas não são suficientes para inserir o hábito leitor no cotidiano dos brasileiros.

O crescimento significativo de leitores nos anos anteriores a 2015 está associado à implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), elaborado em 2006. Esse plano tem por objetivo desenvolver ações e projetos para incentivar a formação leitora dos brasileiros. No entanto, o atual governo não deu continuidade ao Plano Nacional do Livro e Leitura, além de não ter implementado a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), criada pela Lei 13.696/2018, durante o governo de Michel Temer (MARQUES NETO, 2020).

Xavier (2021, p. 7-8) avalia que a leitura está diretamente relacionada com o índice de desenvolvimento humano e propõe que a solução para o baixo número de leitores no Brasil envolve a participação ativa das autoridades, por meio de políticas públicas efetivas. Por isso afirma:

Ampliar o número de leitores é condição para melhorar a qualidade da educação, o acesso ao conhecimento e nosso desenvolvimento humano. É um desafio que deve ser assumido por toda a sociedade. Mas entendemos que cabe ao Estado assumir a responsabilidade e criar as condições e os investimentos a longo prazo para oferecer uma educação de qualidade e garantir a alfabetização funcional, o letramento e o livro para todos. Dependemos da continuidade e da implementação de políticas do livro e da leitura, da universalização das bibliotecas escolares, dos programas de formação de mediadores de leitura e da formação continuada de professores leitores, entre outros programas voltados à formação de leitores.

No mesmo sentido, Dionísio (2000, p. 35) salienta que “ler é sempre participar de um ato social e, por isso, a incapacidade de ler constitui um fator de exclusão social”. Portanto, cabe às autoridades governamentais criar políticas públicas de incentivo à leitura e promover a democratização do acesso ao conhecimento.

Além disso, de acordo com “Retratos da leitura no Brasil” (2019), o local predileto de leitura do livro digital, na comparação entre 2015 e 2019, continua sendo os espaços de passagem, como cafeteria (16%), meios de transporte público (17%), trabalho (15%) e consultórios, salões de beleza ou barbearias (13%), atingindo 61% dos entrevistados. Além disso, a pesquisa constata que, em 2019, o suporte preferencial de leitura digital é o telefone celular: entre os entrevistados que já tinham lido um livro digital, 73% o fizeram através de celular. No mesmo período, o consumo literário em computadores e *tablets* decaiu.

É importante perceber também que, além de a *internet* contribuir de modo geral para o acesso à informação, a forma como a *internet* é utilizada para a leitura depende do grau de escolaridade do usuário. Segundo “Retratos da leitura no Brasil” (2019), entre aqueles com ensino superior, 86% leem notícias e informações e 83% aprofundam conhecimentos sobre os seus temas de interesse. Por outro lado, essa mesma atividade é foco de 39% e 43% entre os que possuem apenas o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Por isso, Malini (2021, p. 140) afirma

que “os resultados da pesquisa demonstram que quanto mais anos de estudos, mais informação e conhecimento são consumidos e produzidos na *internet*”.

Em 2020, o mundo vivenciou uma pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, conhecido popularmente por Covid-19. Dessa maneira, surgiram medidas de segurança para impedir o avanço da doença, e uma delas foi o isolamento social. Com o *lockdown*, a internet tornou-se um aliado no desenvolvimento de projetos de leitura. Assim, blogs, canais no *YouTube*, clubes de leitura virtuais e redes sociais passaram a ser bastante utilizados para disseminar informações e alavancar o conhecimento dos brasileiros através da leitura *online* de obras literárias (RAMALHO E GUEDES, 2021).

Com a pandemia, os livros eletrônicos tornaram-se o suporte informacional mais utilizados nas práticas leitoras, pois ficou inviável o legente se deslocar para livrarias físicas, bibliotecas públicas e espaços de leitura. Dessa maneira, os leitores passaram a adquirir seus livros de forma *online*, através de *e-books*, livros gratuitos em domínio público disponíveis na internet ou por meio de livros impressos comprados em sebo e em livrarias, que são enviados pelos correios. Ramalho e Guedes (2021) ressaltam que o isolamento social aumentou consideravelmente a presença de espaços virtuais como meio de desenvolver planos de leitura.

Portanto, as práticas leitoras no Brasil foram sendo modificadas de acordo com a trajetória dos suportes informacionais. Desde 1808, com o surgimento da tipografia no Brasil o país passou por profundas transformações no acesso à educação, ao conhecimento e à informação. Os avanços ao longo dos séculos proporcionaram aos brasileiros acesso aos livros, novas possibilidades de leitura e variedade nos formatos, sendo hoje possível escolher entre o impresso e o eletrônico.

No entanto, de acordo com a pesquisa “Retratos da leitura no Brasil” (2019), ainda prevalece a preferência pelos livros de papel. Segundo o levantamento, 67% dos entrevistados gostam mais da leitura no suporte tradicional, 17% preferem os livros digitais e 16% afirmaram que tanto faz. Dessa forma, conclui-se que apesar da variedade de suportes, os brasileiros ainda preferem os livros impressos.

Atualmente, os livros podem ser lidos para diferentes propósitos, sejam para diversão, alavancar novos conhecimentos, por curiosidade ou por gostar intensamente de leitura. El Far (2006, p. 51) afirma:

Cada leitor possui uma maneira própria e subjetiva de colocar em prática o exercício da leitura [...] cada pessoa, no sentido mais individual do termo, possui sua própria história da leitura. A relação com os livros, as principais descobertas, a possível formação de uma biblioteca, os autores e as edições prediletas, os locais de leitura e

até mesmo a postura corporal para ler são alguns dos aspectos que podem aparecer na trajetória de muitos leitores. Porém sempre com significados e sentidos particulares.

Assim, cada povo em diferentes épocas foi colaborando para o progresso da história dos suportes, acompanhada das práticas leitoras, que surgem para acrescentar novas possibilidades intelectuais aos leitores.

7 METODOLOGIA

A pesquisa é a produção de conhecimento de acordo com certas exigências científicas, e tais exigências determinam a forma como o trabalho é realizado, isto é, o caminho traçado pelo autor, a fim de atingir os seus objetivos. Assim, esta seção apresentará a metodologia empregada na presente pesquisa.

Prodanov e Freitas (2013) elucidam que o trabalho científico pode ser classificado de acordo com os seguintes critérios metodológicos: quanto ao objetivo, quanto aos procedimentos técnicos e quanto à abordagem do problema.

Sob a perspectiva do objetivo, trata-se de pesquisa **exploratória**, cuja finalidade é proporcionar mais informações sobre o assunto investigado, possibilitando sua definição e a descoberta de uma nova abordagem sobre o tema.

Em relação à abordagem do problema, este trabalho consiste em uma pesquisa **qualitativa**, porque, para sua realização, não é necessária a coleta de dados estatísticos e as conclusões da pesquisa não podem ser obtidas a partir de números.

Por fim, no que concerne aos procedimentos técnicos, foi adotada a pesquisa **bibliográfica**, conforme conceitua Stumpf (2006, p.51):

Planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas ideias e opiniões.

Já Fonseca (2002, p. 31-32) explica que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

A partir disso, como técnica de pesquisa optou-se pela bibliográfica, porque é adequada aos objetivos propostos. Para o desenvolvimento desta etapa da investigação, utilizou-se Gil (2010) e seus passos na pesquisa bibliográfica, desde a escolha do tema até a formulação do problema e a busca de fontes de informação, além da realização de leituras e da elaboração de fichamentos.

Para a bibliografia, foram utilizados livros que tratam do tema, teses, monografias acessíveis por repositórios digitais, artigos científicos e periódicos disponíveis nas bases de dados *online*: Google Acadêmico, Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal de Periódicos CAPES, repositório da UFC, além de pesquisa em sítios que possuem assuntos relacionados ao conteúdo abordado.

Na construção do referencial teórico desta pesquisa, foram utilizadas as seguintes obras como base: “A história deve ser dividida em pedaços?” (2015), de Jacques Le Goff; “A history of reading and writing in the western world” (2010) e “Livro: uma história viva” (2011), ambos de Martyn Lyons; “A aventura do livro: do leitor ao navegador” (1998), de Roger Chartier; “O aparecimento do livro” (2019), de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin; “História da leitura” (2006), de Steven Fischer; “Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação” (2013), de Lúcia Santaella; “O livro e a leitura no Brasil” (2006), de Alessandra El Far; e “A formação da leitura no Brasil” (2019), de Marisa Lajolo e Regina Zilberman.

No entanto, também foram utilizados livros, artigos, teses e monografias de outros autores para aprofundar temas específicos em cada seção.

A obra de Jacques Le Goff justifica a importância do trabalho do historiador em periodizar a história, a fim de descrever o tempo passado de forma compreensível ao leitor. Além disso, o autor oferece a visão de vários historiadores sobre os acontecimentos da Idade Média e a Idade Moderna.

Os livros “A history of reading and writing in the western world”, “Livro: uma história viva” e “O aparecimento do livro” trazem em sua abordagem a trajetória dos suportes, com destaque para o livro, desde os primórdios da humanidade até o século XXI, com a explosão informacional e tecnológica. Dessa maneira, o trabalho do autor foi de suma importância para a sustentação teórica desta pesquisa, pois trouxe subsídios para o desenvolvimento das seções “Percurso dos suportes informacionais” e “Da imprensa aos eletrônicos”.

Da mesma forma, “A aventura do livro: do leitor ao navegador” serviu de fundamento chave para o desenvolvimento das seções que abordam a evolução dos suportes ao longo da história, que são o primeiro e o segundo capítulos.

Por sua vez, o livro “História da leitura” retrata quem são os leitores de cada período histórico, as formas de leitura, os livros mais lidos em suas respectivas épocas, bem como a influência das grandes civilizações do Mundo Antigo e as suas contribuições com a escrita e a leitura até os dias atuais. Sendo assim, essa obra colaborou de forma significativa para a elaboração das seções “A influência dos suportes informacionais na evolução das formas de leitura” e “As práticas leitoras na atualidade”, ao examinar toda a trajetória da leitura.

Finalmente, os livros “A formação da leitura no Brasil”, “O livro e a leitura no Brasil” e “Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação” foram utilizados para descrever a trajetória da leitura no País, assim como a influência dos suportes nas práticas leitoras da atualidade. Logo, a contribuição das autoras foi fundamental para o entendimento do contexto atual da sociedade frente às práticas leitoras, caracterizado por uma quantidade exacerbada de informação e por uma oferta crescente de suportes, tanto os tradicionais, como os digitais.

Portanto, a escolha dos livros-base atendeu aos objetivos do trabalho, porque eles proporcionaram a formação de um sólido arcabouço teórico que permite esclarecer o tema aos leitores e atingir a solução da questão-problema proposta.

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira seção do referencial, “Critério de divisão histórica adotado nesta pesquisa”, foi desenvolvida a distinção entre cada período histórico, a partir da divisão da História em quatro intervalos de tempo, marcados cada qual por eventos que contribuíram para a evolução da leitura.

A utilização de um critério de periodização do tempo permite a compreensão das práticas leitoras dos povos desde a antiguidade até o momento atual. Nessa seção, foram utilizadas duas obras como base: “A história deve ser dividida em pedaços?”, de Jacques Le Goff, e “História Antiga” de Carolina Bauer, Ana Cristina Alves e Simone de Oliveira. Os autores apresentaram pontos de vista semelhantes no que concerne à necessidade de periodizar a história com o intuito de melhor explicar os acontecimentos do passado.

De fato, como o trabalho está assentado primariamente em um levantamento histórico de muitos eventos, os quais se espalham por um intervalo de tempo de mais de 4000 mil anos e por vários lugares do mundo, não é fácil identificar com exatidão as datas que certos eventos ocorreram. Nesse ponto, foram encontradas algumas divergências, mas que, de forma geral, não impedem a formação da conclusão.

Por exemplo, Martyn Lyons (2010) acredita que o códice do pergaminho passou a ser mais utilizado do que o formato de rolo entre os séculos II e IV, enquanto Jacques Le Goff (2015) afirma que a substituição dos livros escritos em rolos pelos códices se deu em torno dos séculos IV e V.

Além do mais, Jacques Le Goff oferece uma contribuição importante, para que se perceba que, ao se falar sobre eventos passados, se deve ter em mente a fragilidade das análises. Duas situações exemplificam essa constatação.

Em primeiro lugar, muitos historiadores entendem que a Idade Média foi uma época de trevas, como se a leitura tivesse sido prejudicada naquele período. No entanto, essa visão pejorativa daquele período significa muito mais uma tentativa dos autores renascentistas e iluministas da Idade Moderna de desprezar a cultura medieval e valorizar o pensamento de mestres da Antiguidade como Aristóteles e Platão, os quais eram vistos como “pagãos” pelo pensamento cristão medieval. Na verdade, os acontecimentos da Idade Média contribuíram de forma significativa para o estado atual da leitura no mundo ocidental.

Em segundo lugar, os autores divergem quanto à importância de dois acontecimentos: a propagação do uso do papel na Europa e a invenção da imprensa por Gutenberg. É comum na bibliografia encontrar aqueles que entendam que a criação da prensa com tipos móveis foi o

principal marco revolucionário da época. Por outro lado, Lucien Febvre e Henri-Jean Martin são nomes de peso na defesa da tese de que a introdução do papel foi fundamental para a mudança nas práticas de escrita da Europa, até mais do que a invenção da imprensa.

Quanto ao percurso dos suporte informacionais, os principais autores utilizados, Martyn Lyons, Roger Chartier e Steven Fischer esclareceram cada qual, com seu ponto de vista, o processo evolutivo dos suportes: como as principais civilizações souberam aproveitar os recursos disponíveis na natureza para criar as bases físicas da escrita e como isso interferiu na respectiva estrutura social, política e religiosa.

Esses estudiosos se complementam, pois eles tratam sobre as dificuldades do acesso à informação por parte das camadas sociais mais baixas. A partir das obras desses três autores, pôde-se perceber que a estrutura social de cada civilização era moldada de certa forma por aqueles que tinham a habilidade de leitura. Em quase todas as sociedades, os mais pobres não sabiam ler, nem escrever e desenvolviam atividades econômicas menos valorizadas, enquanto os escribas ostentavam posição social privilegiada. Ademais, no Mundo Antigo, as sociedades que atingiram maior desenvolvimento econômico foram justamente aquelas que ofereceram contribuições significativas no âmbito da leitura. O apogeu de Roma e Grécia, por exemplo, coincide com períodos de rica produção literária. Portanto, é seguro concluir que a leitura exerce função fundamental no desenvolvimento das sociedades.

Steven Fischer e Martyn Lyons são da mesma opinião quanto a importância da passagem da leitura oral para a leitura silenciosa e como isso afetou as práticas leitoras atuais. Ambos os autores estimam que essa mudança extraordinária ocorreu durante a Idade Média.

No que diz respeito à forma de manuseio dos suportes e como isso influencia de forma positiva a leitura, Fischer, Lyons e Chartier compartilham a visão de que o pergaminho merece um lugar especial na história dos suportes, porque foi com ele que o homem mudou o formato de rolo para o de códice. Nesse ponto, percebe-se a relevância dada pelos autores ao códice, pois esse formato se assemelha bastante aos livros atuais.

O papel foi uma criação importantíssima para o florescimento da leitura na Europa. Lyons, Febvre, Martin e Santaella concordam que esse suporte fez aumentar a circulação de obras escritas e proporcionou mais tarde o desenvolvimento do mercado editorial. Apesar de discordâncias pontuais quanto a quem exerceu mais impacto (se o papel ou a imprensa), é inegável que ambos juntos provocaram uma mudança espetacular nos hábitos de leitura. Ademais, os autores salientam que o papel viabilizou a variação dos meios de comunicação, já que hoje em dia esse suporte constitui os livros, os jornais, as revistas etc.

A seção da “Da imprensa aos eletrônicos” também reuniu um conjunto de perspectivas que atestam a mesma conclusão: a revolução tecnológica mudou para sempre a forma como vivemos e como lemos o mundo. Nenhum autor diminui a importância da *internet* para a definição das práticas leitoras na atualidade. Pessoalmente, entendo que, apesar de a *internet* ter sido um marco para a mudança das práticas leitoras, se deve ter cuidado com o potencial nocivo que a rede mundial pode trazer para a propagação de notícias falsas. É importante sempre considerar que a quantidade de informações em circulação não significa necessariamente um aumento na qualidade da leitura, afinal nem toda informação é relevante para a formação crítica da sociedade.

Na construção da seção “A Influência dos suportes informacionais na evolução das formas de leitura”, Lyons e Le Goff ajudaram na percepção de que as práticas leitoras fizeram, por muito tempo, parte indissociável das práticas religiosas. Da Idade Antiga até a Idade Moderna, a religião cumpriu um papel fundamental na evolução da leitura. No entanto, a partir da Idade Contemporânea, essa influência diminuiu. Nos dias atuais, apesar de os livros religiosos continuarem bastante lidos, o objeto da leitura é bastante diversificado.

Ademais, quanto às práticas leitoras na atualidade, Santaella e a pesquisa “Retratos da leitura no Brasil” atestam o fato de que a diversidade de suportes, seja o tradicional papel ou os eletrônicos, permitem uma multiplicidade de formas de leitura. O leitor atual tem várias opções para escolher como prefere ler. Santaella comenta que os leitores foram se diversificando à medida que os meios tecnológicos foram surgindo. Porém, “Retratos da leitura no Brasil” identificou que, em 2019, dois terços dos brasileiros ainda preferem ler no suporte tradicional.

Além disso, a pesquisa “Retratos da leitura no Brasil” corrobora a constatação de Santaella sobre a existência dos leitores ubíquos: os chamados espaços de passagem, como cafeteria, meios de transporte público, trabalho, consultórios, salões de beleza e barbearias, somam 61% dos locais preferenciais de leitura do livro digital.

No que concerne à leitura no País, Marisa Lajolo, Regina Zilberman e Alessandra El Far, abordando a história dos leitores no Brasil, concordam que o desenvolvimento das práticas no Brasil foi tardio em razão da falta de incentivo da Coroa portuguesa, antes da independência do nosso País. Também há convergência no que diz respeito ao baixo índice de alfabetização e à falta de estímulo dos governantes para promover a leitura no território brasileiro. Apesar de serem verificados certos esforços das autoridades para modificar a situação da educação no Brasil, parece ser um consenso entre os autores (com os quais concordo) que ainda falta muito para que a leitura entre os brasileiros atinja o nível dos países desenvolvidos.

Conforme a análise dos dados coletados, foi realizado um quadro para melhor exemplificar o método utilizado na pesquisa, os objetivos e como foi dado a coleta dos dados, quadro 2.

Quadro 2 – Relação dos objetivos específicos com a metodologia aplicada.

MÉTODO	OBJETIVOS DA PESQUISA	COLETA DE DADOS
Pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica.	Construir uma linha histórica da evolução dos suportes informacionais;	Revisão de literatura Levantamento histórico por meio de livros, artigos e bases de dados. Fichamentos sobre os suportes de escrita, o papiro, o pergaminho, o papel, o eletrônico e as mudanças ocorridas de um suporte para outro.
	Identificar as contribuições que a evolução dos suportes informacionais proporcionou para os leitores de cada época;	Pesquisa bibliográfica sobre a temática “história da leitura” e “trajetória dos suportes”, a fim de compreender as contribuições dos suportes de escrita nas práticas leitoras das sociedades em cada período histórico.
	Examinar as práticas de leitura atuais;	Revisão de literatura Levantamento bibliográfico sobre as práticas de leitura na atualidade, através de livros e artigos. Análise interpretativa da Pesquisa Retratos de leitura no Brasil, para compreender os dados referentes aos leitores brasileiros.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Assim, esta pesquisa tem natureza bibliográfica, qualitativa e exploratória. Os objetivos acima expostos foram respondidos através de uma revisão de literatura sobre o assunto, tendo sido feita uma busca em livros, teses, monografias disponibilizadas em repositórios digitais e artigos científicos disponíveis em bases de dados, como o Portal de periódicos da Capes, repositório da UFC e de outras universidades.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso dos suportes informacionais é essencial para que o homem tenha acesso à memória dos seus antepassados. Essa pesquisa só foi possível exatamente em virtude do registro realizado nos suportes. É graças a esses materiais que o conteúdo escrito das civilizações antigas se mantém intacto até os dias atuais. Dessa maneira, é possível resgatar o passado histórico, compreender a cultura, a economia, os ritos sagrados, as práticas sociais e leitoras de cada período histórico. Logo, o estudo dos suportes informacionais contribui para o entendimento de diferentes áreas do conhecimento humano.

O processo evolutivo dos leitores também foi lento, pois, na Antiguidade, o acesso à informação era restrito a pequenos grupos; enquanto, na atualidade, apesar da explosão informacional e dos novos recursos tecnológicos, muitos cidadãos não possuem acesso à informação de qualidade, tornando-os refém de ideologias e de notícias falsas. Logo, o contexto, a época e os suportes por mais distintos que sejam, podem ser utilizados como fonte de informação ou de desinformação.

Percebe-se que hoje o homem continua com a necessidade de criar materiais aptos para registrar informações e conservá-las para a posteridade. Assim como os nossos antepassados, que utilizaram as paredes das cavernas, as tabuletas de argila, o papiro e o pergaminho, o homem do século XXI ainda precisa transmitir informações, mas de forma mais ampla e ágil possível, por meio do papel e dos suportes eletrônicos.

Assim, é possível observar uma relação entre os suportes utilizados e as práticas leitoras predominantes em cada sociedade. Os leitores acompanham o avanço dos suportes, pois, à medida que as técnicas são aprimoradas, surgem novas formas de leitura e de escrita. Atualmente, a tecnologia tem proporcionado ao leitor variadas possibilidades de prática de leitura, desde o velho texto impresso até os textos interativos com recursos inovadores. Então, os leitores atuais podem se comportar de diferentes formas, sendo o leitor contemplativo, o leitor movente, o leitor imersivo ou o leitor ubíquo.

Conclui-se que as práticas de leitura estão em constante evolução, de acordo com o desenvolvimento dos suportes, influenciando de forma direta no processo de alfabetização e de inclusão social. Logo, o aprimoramento dos suportes informacionais impacta de maneira positiva o aperfeiçoamento das relações sociais e das práticas leitoras dentro de cada sociedade.

Cabe ainda salientar que todos os autores utilizados como base para essa pesquisa contribuíram de forma significativa para que se pudesse responder à questão-problema inicialmente proposta. Ao fim, foi possível a construção de um panorama bem sólido, de modo

que este trabalho se mostra como uma valorosa contribuição para o estudo da matéria, servindo de subsídio para trabalhos futuros e enriquecendo a discussão no âmbito da comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Tetisuelma Leal *et al.* Pigmentos de pinturas rupestres pré-históricas do sítio Letreiro do Quinto, Pedro II, Piauí, Brasil. **Química Nova**, v. 34, n. 2, p. 181-185, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422011000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/S6fjMRRNf8NybsNvYpXHfsF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2021.
- BALTHAZAR, Gregory da Silva. O Feminismo e a Igualdade de Gênero no Antigo Egito: Uma Utopia da Emancipação Feminina. *In: XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: 2011. p.1-17. Disponível em: http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/14/1308170911_ARQUIVO_2011TextoAnpuh-GregoryBalthazar.pdf. Acesso em: 14 maio. 2022.
- BAPTISTA, Pedro Ivo Ferreira Carreira. **Do papiro ao ebook: uma história social dos suportes da informação**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/265>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- BAUER, Caroline Silveira; ALVES, Ana Cristina Zecchinelli; OLIVEIRA, Simone de. **História Antiga**. Porto Alegre: Sagah, 2019.
- BAUER, Caroline Silveira; PINNOW, Rodrigo Vieira; CAMPOS, Cláudia Renata Pereira de; SOUSA, Eriksen Amaral de. **História medieval**. Porto Alegre: Sagah, 2020.
- BENEDETTO, Simone *et al.* E-Readers and Visual Fatigue. **Plos One**. v. 8, p. 2-7, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0083676>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0083676>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BEZERRA, Juliana. Egito Antigo. **Toda matéria**, 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/egito-antigo/>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BRANCO, José Alaor Moreira; HEUER, Johanna Wolfram. **A divisão dos períodos pré-históricos**, [S. l.: s. n.], 2007. Disponível em: <https://profalaor.eng.br/DOWNLOADS/MEUSARTIGOS/PAPER%20-%20A%20Divisao%20dos%20Periodos%20Pre-Historicos.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2022.
- BRITO, Armando Assis de Sousa. Os Materiais na História da Escrita (das placas de argila da Suméria às pastilhas de silício dos processadores actuais). **Ciência & Tecnologia dos Materiais**, v.19, n.3-4, p. 41-59. 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12033639-Os-materiais-na-historia-da-escrita-das-placas-de-argila-da-sumeria-as-pastilhas-de-silicio-dos-processadores-actuais.html>. Acesso em: 02 mar. 2021.
- BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estud. av. [online]**, v.16, n.44, p. 173-185, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000100010>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- CALDEIRA, Cinderela., Do Papiro ao Papel Manufaturado. **Revista Espaço Aberto (USP)**, n.24, out. 2002. Disponível em:

<http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2002/espaco24out/vaipara.php?materia=0varia>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

Civilizações Antigas – Resumo sobre os povos da Idade Antiga. **PRAVALER**, 2020. Disponível em: <https://www.pravaler.com.br/civilizacoes-antigas-resumo-sobre-os-povos-da-idade-antiga/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

COUTINHO, Pedro; PESTANA, Olívia. eBooks: evolução, características e novas problemáticas para o mercado editorial. **Páginas a&b**, p. 169-195, 2015. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2018/01/pdf_f27d038bb7_0000028595.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 22 fev. 2022.

DI LUCCIO, Flavia. **As múltiplas faces dos blogs: um estudo sobre as relações entre escritores, leitores e textos**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7812/7812_3.PDF. Acesso em: 10 abr. 2022.

DIONÍSIO, Maria de Lourdes da Trindade. **A construção escolar de comunidades de leitores: leituras do manual de português**. Coimbra: Almedina, 2000.

DOMINGOS, Sónia. Procedimentos básicos para a conservação de documentos com suporte em pergaminho: divisão de preservação, conservação e restauro, [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: https://adlra.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/13/2014/08/19_norma_pergaminho1.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

DUARTE, Newton. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2001, n.18, p.35-40. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782001000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KtKJTDHPd99JqYSGpQfD5pj/?lang=pt#>. Acesso em: 12 mar. 2021.

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

EL-NADOURY, Rashid. O legado do Egito faraônico. In: **História geral da África, II: África antiga** / editado por Gamal Mokhtar. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000319.pdf>. Acesso em: 20. jun. 2022. p.119-159.

Escritura Proto-suméria. **Proel**. 2016. Disponível em: <http://www.proel.org/index.php?pagina=alfabetos/protosum>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FAILLA, Zoara (org). **Retratos da Leitura no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Instituto Pro-Livro, 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FAVILLA, Luiz. **A ostra e o livro**. 2008. Disponível em: <http://professortexto.blogspot.com/2008/09/ostra-e-o-livro.html?q=o+livro+e+a+ostra>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FEBVRE, Lucien.; MARTIN, Henri -Jean. **O aparecimento do livro**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2019.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: Unesp, 2006.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estudos avançados**, v. 11, p. 311-361, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100017> acesso em: 20 jun 2022.

HAVELOCK, Eric. A equação oralidade-cultura: uma fórmula para a mente moderna. *In*: OLSON, David; TORRANCE, Nancy (org). **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995.

HIDALGO, Jason. EPUB definition: what is EPUB? [S. l.]: About.com, 2013. Disponível em: <http://portables.about.com/od/ebookreasers/f/WhatIs-Epub.htm>. Acesso em: 03 jul. 2022.

LABARRE, Albert. **História do livro**. São Paulo: Cultrix, 1981.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2019.

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?**. Tradução de Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Unesp, 2015.

LOURENÇO, Bríggida Azevedo; FREIRE, Gustavo Henrique. Construindo um mapa das políticas públicas para gestão e acesso à informação em comunidades carentes. **Biblionline**, João Pessoa, v. 4, n. 1-2, 2008. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf/e84e18a339_0013280.pdf. Acesso: 12 mar. 2021.

LOURENÇO, Mariana Simões. Edição digital: aspectos e perspectivas da produção de eBooks no Brasil. *In*: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial – Colóquio do Sesquicentenário: Francisco Alves na História editorial brasileira, 2004, Rio de Janeiro.

Anais. Disponível em: <http://w.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/marianasimoes.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

LUPTON, Ellen. **Pensar com tipos:** guia para designers, escritores, editores e estudantes. Tradução de André Stolarski. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

LYONS, Martyn. **Livro:** uma história viva. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

LYONS, Martyn. **A History of Reading and Writing in the Western World.** New York: Palgrave Macmillan, 2010.

MALINI, Fabio. A plataformização da leitura e redes sociais: impactos no consumo de livros. *In:* FAILLA, Zoara (org). **Retratos de Leitura no Brasil.** São Paulo: Instituto Pro-Livro, 2021. p.140.

MARQUES NETO, José Castilho. Políticas Públicas de livro e leitura no brasil – o que as Pesquisas Retratos da Leitura nos revelam? [S. l.]: **PRÓ-LIVRO**, 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/2020/11/12/politicas-publicas-de-livro-e-leitura-no-brasil-o-que-as-pesquisas-retratos-da-leitura-nos-revelam/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

MARTINS, Wilson, **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3.ed. São Paulo: Ática, 2002.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação:** uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg:** a formação do homem tipográfico. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, mar. 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MESQUITA, Isabel Chaves Araújo; CONDE, Mariana Guedes. A evolução gráfica do livro e o surgimento dos e-books. *In:* X congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. São Luís, 2008. **Anais** [...]. Recife. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0645-1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

MILANESI, Luís. **Biblioteca.** 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

NOGUEIRA, Wesley Augusto. **O livro no fim do livro: perspectivas para o leitor, autor e editor brasileiro sob a ótica da popularização dos novos dispositivos de leitura digital.** 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: [10.11606/D.27.2013.tde-31012014-162744](https://doi.org/10.11606/D.27.2013.tde-31012014-162744) Acesso em: 10 ago. 2021.

OLIVEIRA, Felipe Rodrigues; MAZIERO, Ronaldo Colucci; ARAÚJO, Liriane Soares de. Um estudo sobre a web 3.0: evolução, conceitos, princípios, benefícios e impactos. **Revista Interface Tecnológica**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 60-71, 2018. DOI: 10.31510/infa.v15i2.492. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/492>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PAIVA, Vívian Daniele Ferreira. **Um olhar sobre a evolução dos suportes informacionais: mineral e vegetal**. 2016. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/36>. Acesso em: 04 fev. 2022.

PASSOS, Isaias Cristiano da Silva. **Leitura e escrita: uma trajetória dos suportes**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22718/1/2017_IsaiasCristianoDaSilvaPassos_tcc.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

POPE, Mike. **Psicologia e Sociologia da Leitura**. [s. l.]: Amazon, 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Rita Cassia Ribeiro. A informação escrita: do manuscrito ao texto virtual. In: VI CINFORM – ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 2005, Salvador. **Anais**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/limc/escritacoletiva/pdf/a_info_escrita.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

RAMALHO, Denise; GUEDES, Rosália. **O Brasil que lê: mapeamento e análise de projetos de formação de leitores no Brasil**. [s. l.]: Instituto Itaú, 2021. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2022/03/O_Brasil_Que_Le_-_Mapeamento_e_analise_de_projetos_de_formacao_de_leitores_no_Brasil.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

REIS, Juliani Menezes dos; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. O livro digital: histórico, definições, vantagens e desvantagens. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (19.: 2016 out. 15-21: Manaus, AM). **Anais**. Manaus, AM: UFAM, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151235>. Acesso em: 04 jun. 2022

RODRIGUES, Maria Vitória Alves. Evolução dos suportes da escrita: espaço para disseminar o saber entre o passado e o presente. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, São Gotardo, n. 14, p. 98-113, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoocultura/article/view/264/365>. Acesso: 11 mar. 2021.

RODRIGUES, Marcos Henrique Camargo. Gutenberg e o letramento do Ocidente. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 1, n. 1, p. 188-201, ago./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.33871/22386084...188-201>. Disponível em:

<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducplings/article/view/6331>. Acesso em: 26 maio 2022.

SANTA ANNA, Jorge. Trajetória histórica das bibliotecas e o desenvolvimento dos serviços bibliotecários: da guarda informacional ao acesso. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 138-155, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1585>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, Maria Jucilene Silva dos. **Da Evolução dos Suportes de Informação e Memória às Tecnologias de Informação: o caso do Youtube**. 2010. 64 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/39913>. Acesso em: 08 mar. 2021.

SANTOS, Roberta Kerr dos. A evolução do Suporte Material, do Livro ao E-book: mudanças e impactos ao leitor contemporâneo. **Soletras**, São Gonçalo, n. 20, p. 18-30, jul./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.12957/soletras.2010.5161>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/5161>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SÉRGIO, Ricardo. Os primeiros Suportes de Escrita. **Recanto das Letras**, 2011. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/3150218#:~:text=O%20papiro%20foi%20utilizado%20como,e%20polida%20com%20pedra%20pomes>. Acesso em: 10 set. 2021.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Sesc Departamento Nacional (ed.). **Leitura e compreensão: a formação leitora: caderno de estudos**. Rio de Janeiro, 2015. 68 p. (Princípios em práticas. Alfabetização de jovens e adultos). Disponível em: https://cdnsesc.azureedge.net/assets/2021/09/03_PP_EJA_CD_Md2_web.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

SILVA, Hugo Manuel Maciel. **A Biblioteca de Pérgamo e a sua influência no desenvolvimento dos sistemas de informação**. 2014. 10 p. Licenciatura em Ciência da Informação, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Disponível em: https://hugomanuelmacielsilva.weebly.com/uploads/6/0/9/4/60946309/trabalho_de_sab.pdf. Acesso em: 17 abr. 2022.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; PEREIRA, Danielle Borges; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; DAVID, Jessica Glienke. (Orgs.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/213/188>. Acesso em: 24 fev. 2022.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Pesquisa bibliográfica. In: Duarte, Jorge; BARROS, Antônio. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006, v. 1, p. 51-61.

TERRA, Ernani. **Práticas de leitura e escrita**. São Paulo: Saraiva, 2019.

TERRA, Ernani. **Leitura e escrita na era digital**. São Paulo: Expressa, 2020.

XAVIER, José Angelo. Prefácio. *In*: FAILLA, Zoara (org). **Retratos de Leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pro-Livro, 2021. p. 7-8.

ZILBERMAN, Regina. A leitura no mundo digital. **Signo**, v. 34, n. 56, p. 22-32, jan. 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/960>. Acesso em: 20 jun. 2022.